



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Pç. Nossa Senhora da Salete - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-912 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 10371690 - SG-SI-GS-APC-ENG

SEI!TJPR Nº 0048017-54.2024.8.16.6000
SEI!DOC Nº 10371690

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

SEI! Nº 0048017-54.2024.8.16.6000

1. INTRODUÇÃO

2. UNIDADES ATUANTES OU COLABORATIVAS

3. DO IMÓVEL PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU

4. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, I)

5. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PAC E ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO (art. 18, §1º, II)

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, III)

7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES (art. 18, §1º, IV)

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO - ALTERNATIVAS POSSÍVEIS E ESTIMATIVAS DE CUSTOS E PRAZOS (art. 18, §1º, V)

9. CRITÉRIOS PARA ORÇAMENTAÇÃO ESTIMATIVA PARA LICITAÇÕES DE OBRA NO REGIME DE CONTRATAÇÃO INTEGRADA

10. ESTIMATIVAS DO VALOR E DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, VI)

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, VII)

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, VIII)

13. RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, §1º, IX)

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (art. 18, §1º, X)

15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 18, §1º, XI)

16. IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18, §1º, XII)

17. IMPACTOS SOCIOECONÔMICO, SOCIOAMBIENTAL, SOCIOCULTURAL E SOCIOPOLÍTICO (Decreto Estadual nº 10.086/2022, art. 447, II)

18. DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO DECRETO ESTADUAL Nº 10.086/2022

19. DA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, DA EQUIPE TÉCNICA E DAS RESPONSABILIDADES

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva a apresentação à Administração do Poder Judiciário do Estado do Paraná das informações necessárias à análise, seleção e recomendação de alternativas para avaliação da conveniência e oportunidade de contratação de empresa especializada para execução da obra e implantação do Módulo e-Fórum no Município de **RIO BONITO DO IGUAÇU**, de forma a permitir verificar se o programa, terreno, legislação, custos, prazos e investimentos apresentados são viáveis e compatíveis com os objetivos do Poder Judiciário do Estado do Paraná e com o melhor interesse público.

Este documento objetiva, também, apresentar os dados de viabilidade técnica de contratação de empresa especializada, necessários para implementar a opção escolhida pela Administração para intervenção na estrutura física do Município, reforma, ampliação ou obra nova, com levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência e posteriormente o Edital de Licitação.

2. UNIDADES ATUANTES OU COLABORATIVAS

As unidades administrativas listadas abaixo são as que de algum modo colaboraram ou contribuíram com as informações técnicas, principais ou acessórias, sem as quais este Estudo não seria realizado.

- SG-SI-CED-DP - Divisão de Projetos da Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura da Secretaria de Infraestrutura
- P-SEP-SP-GS-AT - Assessoria Técnica do Gabinete do Secretário da Secretaria de Planejamento
- P-GP-AI - Ateliê de Inovação do Gabinete do Presidente
- SG-GSG-CJ - Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário-Geral
- SG-SLCC-CCC - Coordenadoria de Contratos e Convênios da Secretaria de Contratações Institucionais
- SG-SLCC-CCC-DCOE - Divisão de Convênios e de Ocupação de Espaços da Coordenadoria de Contratos e Convênios da Secretaria de Contratações Institucionais
- DTIC-CQ-DNRI - Divisão dos Núcleos Regionais de Informática da Coordenadoria de Qualidade e Relacionamento com o Usuário do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação
- SG-SI-GS-APC-ENG - Assessoria de Contratações de Obras e Serviços de Engenharia da Assessoria de Planejamento de Contratações do Gabinete do Secretário da Secretaria de Infraestrutura

3. DO IMÓVEL PROPOSTO PELO MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU

O município proponente encaminhou para análise documentação constante do expediente SEI

0047155-83.2024.8.16.6000 para o terreno proposto para implantação de unidade e-Fórum:

- Ofício 046/2024 (10257330)
- Declaração Tipologia do Terreno (10257347)
- Relatório do Entorno (10257579)
- Relatório Fotográfico (10257590)
- Documentação Croqui (10257605)
- Matrícula de Registro de Imóveis 23.228 (10257616)

3.1. Dados gerais

Imóvel urbano situado no lote n.º 01 da quadra n.º 12, localizado na Avenida Xv de Novembro, Bairro Vista Alegre na área central do município;

Coordenadas Georreferenciadas 25°49'45.8"S 52°53'27.4"W;

Propriedade averbada: Município;

Dimensões e área: 15,0 m x 18,0 m, totalizando 270,0 m²;

Visita in loco: nos termos autorizados pelo Decreto Estadual nº 10.086/2022, art. 446, § 1º, não foi realizada pela equipe de elaboração do EVT visita técnica in loco, tendo sido realizada a visita técnica requerida pelos representantes do proponente, conforme relatórios do terreno e do entorno fornecidos, sendo desde já considerados precisos e confiáveis os dados fornecidos pelo proponente e que embasam o presente EVT, com fundamento no princípio da presunção de veracidade das informações e documentos emitidos por órgão ou agente público.

3.2. Dados técnicos

A documentação acostada pelo proponente autoriza concluir terem sido constatadas sobre a área proposta as seguintes características:

ENTORNO: terreno localizado em área adequada ao que se deseja construir (vizinhança adequada, sem presença de zonas de serviço incompatíveis com a destinação, tais como locais ou serviços com agentes tóxicos ou industriais nocivos à saúde), sendo próximo a terminal rodoviário, no centro da cidade, como toda a rede de mercados, farmácia, dentre outros, com ruas pavimentadas e calçadas executadas, vias que permitem e suportam acesso de caminhões de transporte de equipamentos e maquinários pesado para obras;

ACESSIBILIDADE: acessibilidade adequada, terreno próximo a local de parada do sistema de transporte público, inexistindo obstáculos topográficos, urbanísticos e arquitetônicos que dificultem o acesso ao imóvel;

LOCALIZAÇÃO: localização adequada, terreno não confinado, localizado na área central do município;

ALTIMETRIA, SOLO E CONDIÇÕES GERAIS: planimetria, solo e condições adequados, terreno plano, seco e sem histórico de alagamentos, sem áreas de preservação ambiental ou de manancial, ou reservas de áreas de vegetação não suprimível, ou outros impedimentos ambientais ou de patrimônio histórico ou cultural ou faixas não edificáveis. Em que pese não ter sido apresentada planta topográfica, verifica-se pelas afirmações do proponente e pelo relatório fotográfico que o terreno, de fato, é plano;

DIMENSÕES: dimensões adequadas, 15,0 m x 18,0 m, acima do mínimo recomendado de 15,0m x

10,0 m;

SERVIÇOS PÚBLICOS: serviços adequados, terreno conta com serviços de fornecimento de água potável, e receberá a infraestrutura de esgotamento sanitário pela prefeitura, telefonia, energia elétrica e rede de acesso de dados;

LEGISLAÇÃO DE USO DO SOLO: adequada, constando do Ofício 10257330 de proposição que o terreno atende a Legislação municipal de parcelamento e uso do solo, seus parâmetros construtivos e de zoneamento para o imóvel a edificar, e de inexistência de óbices legislativos ou normativos de parcelamento e uso do solo ao uso pretendido implantação e-Fórum;

CROQUI DA ÁREA: fornecido croqui da área, afere-se a adequação em dimensões e posição do lote para a implantação do e-Fórum, constando posição de norte magnético e coordenadas georreferenciadas;

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA: apresentado, hábil para caracterizar a área em apreço;

3.3. Conclusão

Pelos elementos que compõem a documentação técnica de análise do terreno, inclusive análise realizada quanto aos parâmetros construtivos da legislação municipal de parcelamento e uso do solo fornecidos pelo proponente, conclui-se pela sua adequação técnica ao uso pretendido e viabilidade de implantação de unidade e-Fórum.

Pode-se verificar a presença dos serviços públicos de água, esgoto a implantar, eletricidade, entre outros, terreno com localização central na malha urbana, sendo seu entorno imediato atendido por sistemas de transporte público e demais facilidades urbanas típicas, inclusive proximidade a outras edificações de serviços públicos.

Assim, foi constatada a compatibilidade com o uso pretendido, não adentrando a questão dominial ou de propriedade de competência jurídica não técnica, sendo a área é compatível com o que se pretende construir, tanto em suas dimensões como em localização e conformação geométrica, com topografia adequada e plana e que afasta futuros dispêndios a mais para a Administração em terraplenagem, gastos com ampliação da rede de energia, telefone, água e esgoto, constatada também a existência e boas condições das vias de acesso. A existência e de fornecedores de materiais de construção e mão de obra decorre de conclusão lógica por tratar-se de município com situação urbana comum ao padrão econômico-social do Estado do Paraná.

Foi constada a acessibilidade plena e fácil ao empreendimento, com capacidade plena de locomoção dos indivíduos, a pé ou por outros meios de transporte, com proximidade de transportes públicos, com custos adequados e conforme o padrão urbano normal, com baixo consumo de tempo no deslocamento pois o terreno é central na malha urbana, com redes viárias implantadas e pavimentadas e com calçamento, curtas distâncias dos percursos e sem obstáculos topográficos, urbanísticos e arquitetônicos.

Foi constatada, também, a adequação do terreno considerando levantamento das condicionantes do entorno, sendo este tipicamente urbano de malha padrão residencial e comercial, sem agentes tóxicos ou industriais presentes, tendo o levantamento e a análise das restrições e possibilidades das legislações específicas na esfera municipal constatado a inexistência de óbices legislativos ou normativos de parcelamento e uso do solo, não havendo ainda possibilidade de impactos ambientais, pois é edificação de uso normal, administrativo, não produtora ou consumidora de insumos ou produtos tóxicos ou poluentes, além de não estar situada em área de preservação ambiental ou de manancial, além de ser de previsão padrão do TJPR a adoção de tecnologias construtivas e de materiais sustentáveis e com a máxima preservação dos recursos naturais e ambientais.

4. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, I)

4.1. Necessidade e Oportunidade

No cenário em constante evolução da sociedade moderna, a necessidade de criar um e-Fórum se destaca como uma oportunidade significativa. Essa iniciativa surge em resposta à urgente demanda de tornar a justiça e os serviços estatais acessíveis a todos os cidadãos, independentemente de sua localização geográfica ou nível de familiaridade com a tecnologia. Ao oferecer oportunidades como essa, enfrentam-se as barreiras que muitos cidadãos, especialmente aqueles que estão afastados dos centros urbanos, encaram para acessar informações legais e governamentais.

A essência da criação de um e-Fórum reside na aspiração de promover uma justiça mais inclusiva e equitativa. Ao se deparar com os desafios enfrentados por comunidades distantes e desprovidas de acesso tecnológico, surge uma responsabilidade essencial de criar uma plataforma que facilite a interação com os serviços do Estado. A oportunidade de implementar um e-Fórum nos instiga a reimaginar a maneira como a justiça é administrada, possibilitando que cada cidadão possa ter acesso a informações legais e participar ativamente dos processos jurídicos.

A trajetória inspiradora do "Fórum Digital" do Tribunal de Justiça de Rondônia, laureado com o prestigioso prêmio Innovare em 2022, serviu como centelha para a criação de soluções transformadoras. Essa notável iniciativa demonstra não apenas a viabilidade, mas também a eficácia de se introduzir tecnologia no campo da justiça para superar barreiras e garantir que a população seja incluída em questões legais e serviços governamentais. Porém, o projeto e-Fórum do TJPR visará também ao fornecimento de outros serviços em parceria com outras esferas do Estado.

Ao trazer à tona a necessidade de incluir os cidadãos mais afastados das comarcas, sedes da atuação dos juízes de direito, aborda-se uma lacuna crítica na equidade de acesso. Essas comunidades frequentemente são marginalizadas devido à falta de conectividade e recursos tecnológicos. A criação de um e-Fórum oferece uma oportunidade de atenuar o desnivelamento do campo de atuação, permitindo que todos os cidadãos, independentemente de sua localização, tenham acesso a recursos e oportunidades. Isso não apenas facilita a participação ativa no sistema legal e nos serviços governamentais, mas também contribui para fortalecer os laços entre os cidadãos e o Estado.

A criação de um e-Fórum, em última análise, transcende o âmbito meramente tecnológico, refletindo um compromisso com uma sociedade mais justa e informada, pois é de responsabilidade do Estado abraçar a oportunidade de desenvolver soluções que promovam a inclusão. A jornada em busca de um sistema mais equitativo e participativo é uma trilha que merece ser percorrida, e o e-Fórum se apresenta como uma direção promissora nesse percurso transformador.

4.2. Justificativa

Nos recantos mais afastados da sociedade brasileira, onde a tecnologia ainda não conseguiu chegar, reside uma parcela significativa da população que permanece desconectada das vantagens digitais que a era moderna oferece. Essas comunidades, muitas vezes negligenciadas pela transformação digital, enfrentam desafios substanciais na busca por igualdade de acesso aos serviços oferecidos pelo Estado, especialmente aqueles de cunho jurídico ou relacionados à administração pública.

O acesso desigual à tecnologia não apenas perpetua a exclusão, mas também mina os princípios fundamentais de justiça e equidade em uma sociedade. Casos que merecem atenção e resolução, os quais poderiam empoderar indivíduos e proteger seus direitos, acabam sendo negligenciados, minando a confiança nas instituições governamentais.

É nesse contexto que surge a importância crucial de inserir essa população afastada da tecnologia no âmbito dos serviços do Estado. Projetos como o e-Fórum, que buscam levar os recursos jurídicos, além de outros serviços essenciais, a essas comunidades, têm o potencial de desencadear uma transformação profunda. Essas iniciativas não se limitam a disponibilizar informações e procedimentos legais; elas também quebram barreiras de acesso, tornando os cidadãos participantes ativos no sistema jurídico e nas atividades governamentais locais.

A realização do projeto converge com as atuais preocupações do CNJ. Isso pode ser observado com a Resolução nº 508/2023 que dispõe sobre a instalação de Pontos de Inclusão Digital (PID). Derivada da Recomendação nº 130/2022 para que os tribunais envidem esforços para a instalação de salas que permitissem a realização de atos processuais, a Resolução passa a incumbir os Tribunais para que realizem tais medidas para maximizar o acesso à Justiça com a maior eficiência possível, aproximando o cidadão do Poder Judiciário.

A própria Resolução mencionada reconhece a importância estratégica de o Poder Judiciário brasileiro atuar de forma integrada entre todos os Tribunais dos diversos ramos, outra medida já prevista no presente projeto e que também encontra fundamentos em outra normativa recente do CNJ, nesse caso a Resolução nº 350/2020, que estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário e outras instituições e entidades.

E convém mencionar também que um dos principais beneficiados do presente projeto serão os excluídos digitais – cidadãos que não detém acesso à internet e a outros meios de comunicação digitais e/ou que não tenha possibilidade ou conhecimento para utilizá-los. Ciente dos benefícios decorrentes da utilização de novas plataformas e ferramentas tecnológicas no Poder Judiciário, e que tais inovações não podem ser usufruídas por uma significativa parcela da sociedade brasileira, em razão de sua dificuldade no acesso aos meios digitais, o projeto é uma estratégia inclusiva que leva em conta aqueles que não têm meios para acompanhar essa modernização e atende a diversas das recomendações listadas na normativa nº 101/2021 do Conselho Nacional de Justiça.

A inserção da população em questão nesse cenário digital vai muito além do fornecimento de serviços essenciais. Ela promove um senso de pertencimento e inclusão, reforçando a ideia de que todos os membros da sociedade são importantes e têm voz. Isso pode, por sua vez, estimular um engajamento mais profundo em questões públicas.

A transformação digital é um motor para a inclusão social e o fortalecimento das comunidades. Garantir que os serviços do Estado, especialmente os serviços jurídicos, estendam-se de maneira acessível a todos os cantos da sociedade é um imperativo moral e legal. Isso não só abre portas para oportunidades individuais, mas também fortalece os alicerces da justiça, da cidadania ativa e da democracia.

Consequentemente, estão preenchidos os requisitos elencados no artigo 18, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 15, §1º, inciso I, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

5 . PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PAC E ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO (art. 18, §1º, II)

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual deste Tribunal, sob o documento nº 10197052.

O projeto e-Fórum tem o potencial de gerar impactos significativos em várias questões estratégicas do Tribunal, alinhando-se também com diversos objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU. Sua implementação não só aprimora os processos internos e externos da instituição, mas também contribui para metas mais amplas de acesso à justiça, inclusão digital e transparência. Ao

adotar tecnologias inovadoras e facilitar o acesso aos serviços judiciais, o e-Fórum não apenas moderniza a abordagem do tribunal, mas também promove princípios globais de desenvolvimento sustentável, impactando positivamente a sociedade como um todo.

O Poder Judiciário do Estado do Paraná adota doze objetivos estratégicos previstos no Planejamento Estratégico Institucional. Os programas, projetos e ações alinhados a esses objetivos devem ser tratados com prioridade. Assim, o projeto e-Fórum possui alinhamento com os seguintes objetivos estratégicos e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU:

5.1. Objetivos Estratégicos

Objetivo Estratégico nº 01 – Garantia dos Direitos Fundamentais: “Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e as Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos. ”

A implantação do e-Fórum, especialmente em municípios que não são sede de comarca, promove o acesso efetivo à justiça, reduzindo as distâncias para o jurisdicionado que pretende acessar o Poder Judiciário, o que por si torna a justiça mais acessível, especialmente para as pessoas mais pobres ou com dificuldade de utilização dos canais eletrônicos.

Objetivo Estratégico nº 02 – Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade: “Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil. ”

O projeto e-Fórum se viabiliza mediante acordo de cooperação técnica com municípios interessados, havendo compartilhamento de responsabilidade para que os serviços oferecidos beneficiem um número maior de interessados, podendo servir de porta de entrada para encaminhamento à Defensoria Pública ou aos defensores dativos credenciados pela Ordem dos Advogados do Brasil e Procuradoria-Geral do Estado do Paraná. Essa iniciativa não apenas impulsiona a reputação do Tribunal, mas também estabelece uma conexão direta e confiável com a sociedade, reforçando princípios de transparência e responsabilidade.

Objetivo Estratégico nº 06 – Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos: “Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Propõe-se a estimular a comunidade a resolver seus conflitos sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem. Abrange também parcerias entre os Poderes a fim de evitar potenciais causas judiciais e destravar controvérsias existentes. ”

Busca-se promover a acessibilidade a serviços judiciais e incentivar a adoção de métodos alternativos de solução de disputas. Nesse contexto, destaca-se a iniciativa de fomentar a conciliação e utilizar meios pré-processuais para resolver conflitos. Através do projeto e-Fórum, tais objetivos podem ser aprimorados, oferecendo um canal de acesso simplificado a informações legais e promovendo a resolução de conflitos de maneira mais rápida e eficaz. O sistema modular do e-Fórum, aliado à interação online, pode servir como plataforma para estimular a conciliação, a mediação e outros métodos que evitem o litígio formal. Dessa forma, o projeto não apenas moderniza a abordagem judicial, mas também fortalece a cultura de resolução colaborativa e acessível de disputas, alinhando-se com as metas de desenvolvimento sustentável.

Objetivo Estratégico nº 09 – Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária: “Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário do Estado do Paraná e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão. ”

A utilização de estruturas padronizadas do e-Fórum, em acordo com prefeituras, possibilita ganhos de eficiência na instalação predial, alinhados especificamente ao Indicador Estratégico nº 48 Quantitativo de edificações novas do Poder Judiciário do Estado do Paraná. Esse projeto contribui com a melhoria do serviço prestados aos cidadãos em municípios que não são sede de comarca, humanizando o serviço e tornando-o menos burocrático.

5.2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS

9. Indústria, Inovação e Infraestrutura

Promover a modernização e a eficiência nos setores industriais e de infraestrutura, por meio de iniciativas inovadoras. Isso abrange desde o desenvolvimento e implementação de tecnologias avançadas até a criação de soluções sustentáveis para atender às demandas crescentes. Projetos como o e-Fórum desempenham um papel significativo, ao adotar abordagens inovadoras de construção modular e tecnologia, contribuindo para otimizar a infraestrutura judiciária, promovendo maior acessibilidade e eficácia na prestação de serviços. Este objetivo visa construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

10. Redução das desigualdades

No âmbito do objetivo "Redução das desigualdades", destaca-se o papel crucial do projeto e-Fórum como uma ferramenta transformadora. Ao democratizar o acesso à justiça e ampliar a disponibilidade de serviços jurídicos através de sua construção modular e abordagem tecnológica avançada, o e-Fórum tem o potencial de diminuir as disparidades que frequentemente existem no acesso à justiça. Ao proporcionar uma plataforma digital acessível, o projeto pode permitir que comunidades afastadas e grupos socialmente vulneráveis tenham igualdade de oportunidades para obter informações legais, participar de processos judiciais e resolver disputas. Isso não apenas contribui para a redução das desigualdades no acesso à justiça, mas também reforça a inclusão social e a equidade em um sistema judicial mais acessível e abrangente.

11. Cidades e comunidades sustentáveis

O projeto e-Fórum desempenha um papel significativo nessa busca por sustentabilidade ao otimizar a prestação de serviços jurídicos e promover a acessibilidade à justiça em diferentes comunidades. Através de sua abordagem modular e tecnológica, o e-Fórum pode contribuir para a modernização dos sistemas judiciais, simplificando a interação entre cidadãos e instituições. Isso não apenas facilita o acesso à informação legal, mas também fortalece a participação da comunidade nos processos judiciais. Ao promover a eficiência e a igualdade de acesso à justiça, o e-Fórum contribui para o desenvolvimento de comunidades mais sustentáveis e engajadas, alinhando-se aos princípios de urbanismo responsável e equitativo.

16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Conforme já citado, o projeto e-Fórum representa uma iniciativa de extrema relevância, especialmente para os habitantes das cidades menos populosas. Esta plataforma desempenhará um papel crucial ao

facilitar o acesso aos serviços judiciais, garantindo, assim, um acesso mais amplo à justiça. Visto que, em áreas menos povoadas, muitas vezes enfrenta-se desafios significativos devido à falta de recursos, distâncias geográficas e infraestrutura limitada. O e-Fórum surge como uma solução inovadora para superar essas barreiras, permitindo que os cidadãos dessas regiões acessem os serviços judiciais de maneira mais célere e menos onerosa, contribuindo para a solução de conflitos e a pacificação social.

•17. Parcerias e meios de implementação

Para viabilizar o projeto e-Fórum, o Tribunal de Justiça do Paraná estabeleceu uma parceria estratégica com a Prefeitura Municipal visando à futura implementação da iniciativa. Essa colaboração destaca a importância da mobilização de recursos e do compartilhamento de conhecimento para fortalecer a cooperação entre os Entes Públicos. Essa parceria exemplifica como a mobilização de recursos e o compartilhamento de conhecimento podem impulsionar a cooperação interinstitucional e promover o desenvolvimento sustentável em nível local.

Importante ressaltar que essa colaboração não apenas fortalece a cooperação entre os Entes Públicos envolvidos, mas também demonstra o compromisso conjunto com o desenvolvimento e o bem-estar da comunidade. Ao unir esforços em prol de um objetivo comum, o TJPR e a Prefeitura Municipal reforçam o papel do setor público na promoção do acesso à justiça e na melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

5.3. Planejamento Orçamentário

A implementação dos E-fóruns também se encontra prevista nas entregas priorizadas por este Tribunal de Justiça no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (10107026).

Verifica-se, ainda, Superávit Financeiro suficiente para suplementar os valores necessários para a implementação total do Projeto.

Adicionalmente, o Projeto E-fórum consta na 1ª versão da revisão do Plano Anual de Contratações – PAC (10197052).

Consequentemente, estão preenchidos os requisitos elencados no artigo 18, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 15, §1º, inciso II, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, III)

Conforme as diretrizes fixadas no [E-box de guias práticos de licitações e contratos, convênios e termos de cooperação: estudo técnico preliminar – solução: obras e serviços de engenharia](#) lançado pela Procuradoria do Estado do Paraná, o item relativo aos requisitos da contratação deve estabelecer elementos necessários e suficientes para que a demanda alcance uma solução que atinja o interesse público, que resolva o problema apresentado. Nele, ainda não se estudam as soluções, mas os elementos que devem constar nas possíveis soluções que serão apresentadas.

Desta feita, quando da elaboração do Termo de Referência, pautado nas orientações supracitadas, serão tratados os tópicos, conforme a contratação em comento, Obras e serviços sustentáveis sob os aspectos socioambientais, socioeconômicos e sociocultural; Exigência de qualificação técnica dos potenciais contratantes; Transferência de tecnologia, técnica, conhecimento e direitos de propriedade; Transferência de patrimônio; Padrões mínimos de qualidade; Prazo de entrega; Prazo de execução; Normas a serem respeitadas; Necessidade de garantia, de treinamento, de instalações no local da contratação, dentre outros.

Nesta toada, tais requisitos serão apresentados em momento oportuno, quando da elaboração do Termo de Referência, tendo em vista que o Estudo Técnico Preliminar ainda é o momento de planejamento e verificação da real necessidade da contratação, e de analisar a viabilidade técnica da solução.

Consequentemente, estão preenchidos os requisitos elencados no artigo 18, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o artigo 15, §1º, inciso III, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES (art. 18, §1º, IV)

Para atendimento da finalidade pretendida é necessária a obra e implantação de 1 unidade modular de e-Fórum, que contempla área construída de 65 m².

A equipe de projetos especiais da Assessoria Técnica, estudou as características do projeto, e conforme orientação buscou a implementação de programa mínimo para a realização das atividades afetas a ele, dentro da área mínima pertinente. Bem como estilo arquitetônico e técnica construtiva compatíveis com a necessidade.

A partir disso, conclui-se que para conectar todo o Estado do Paraná, usando técnicas construtivas convencionais seria um grande desafio logístico, assim, optou-se pela arquitetura modular e off-site que são módulos construídos em uma fábrica e depois apenas transportados e instalados no local desejado. A opção por essas técnicas construtivas não apenas viabiliza o projeto, como também oferece vantagens em termos de eficiência, padronização e sustentabilidade quando comparada às técnicas tradicionais, uma vez que todo o controle de qualidade se dará em uma fábrica e não em diversos canteiros. Além disso é possível remanejar e-Fóruns já instalados ou ampliá-los caso haja a demanda.

O e-Fórum foi projetado de forma a utilizar cinco módulos padronizados, de forma compacta, com 65 m². O programa básico está composto de recepção, área de auto atendimento com computadores, sala de vídeo conferência, dois sanitários adaptados e uma pequena copa.

Todas as paredes externas das fachadas longitudinais serão em painel liso isotérmico tipo sanduíche aço-aço com isolante térmico com espessura de 5 cm, fixadas por fora na estrutura metálica com vedação e fixadores apropriados. A cobertura é em telha zipada isotérmica tipo sanduíche aço-aço com isolante térmico e acústico semelhante ao dos painéis. Essa solução de materiais para o envoltório do e-Fórum é indicada para garantir o conforto térmico e acústico da construção, mesmo em diferentes cidades do estado. Além disso por serem materiais pré-fabricados aceleram e facilitam o processo de montagem dos módulos.

Por sua vez as divisórias internas são feitas em divisória naval de alto padrão. Os painéis deverão ser em MDP ou MDF e ter isolamento acústico. Já para o piso é especificado um piso vinílico de alto tráfego. O forro indicado é o forro modular metálico. Assim como os materiais indicados para o exterior, essas soluções também buscam uma construção limpa, rápida e de fácil manutenção, se beneficiando de materiais e processos industrializados.

Por fim, o levantamento detalhado acerca dos serviços e quantidades consta dos projetos técnicos, somados aos memoriais descritivos e/ou memorial de especificações de serviços, elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultou no orçamento da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação, conforme detalha o expediente SEI 0118713-52.2023.8.16.6000.

Consequentemente, estão preenchidos os requisitos elencados no artigo 18, §1º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 15, §1º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO - ALTERNATIVAS POSSÍVEIS E ESTIMATIVAS DE CUSTOS E PRAZOS (art. 18, §1º, V)

8.1. Introdução

O Projeto nº 9527251, intitulado "e-Fórum", tem como objetivo atender às Resoluções nº 350/2020 e nº 508/2023, do Conselho Nacional de Justiça, bem como à Recomendação nº 130/2022, também do CNJ, cujo propósito principal consiste em utilizar o modelo de construção modular para agilizar a instalação de módulos da justiça, assegurando a inclusão dos cidadãos na comodidade tecnológica resultante da expansão dos serviços de internet e conectividade. Isso visa oferecer facilidades acessíveis através dessa infraestrutura. Ademais, a meta é utilizar essa construção modular em áreas mais afastadas, assegurando que comunidades remotas também possam usufruir desses benefícios tecnológicos.

Tendo em vista que já foram firmados diversos termos de cooperação técnica entre municípios interessados e este Tribunal de Justiça; ainda, que o projeto se encontra na etapa de elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares para deliberação acerca da contratação pelo Excelentíssimo Senhor Presidente desta Corte, impende a análise mais detalhada das alternativas construtivas para execução dos serviços das atividades do e-Fórum.

O Projeto 9527251 estabeleceu que o antigo *"Departamento de Engenharia e Arquitetura: Elaborará o projeto arquitetônico e acompanhar a execução das obras. Com expertise técnica, assegurará que a infraestrutura seja concebida e construída de acordo com os padrões e requisitos estabelecidos"*, o que foi executado e juntado aos movimentos 9552732 e 9552820.

Referido projeto apontou de plano as vantagens estratégicas e justificativas para a adoção da alternativa principal de construção de unidade judicial modular em imóvel cedido pelo município, com mão de obras e serviços de água, energia e internet também disponibilizados por este último.

Não obstante, diante da exigência de demonstração de alternativas possíveis trazida pela Nova Lei de Licitações, como requisito dos Estudos Técnicos Preliminares, apresentam-se quatro diferentes possibilidades das quais, em tese, pode o Poder Judiciário lançar mão como solução construtiva que abrigará o projeto e-Fórum, as quais serão tratadas nos tópicos seguintes:

8.2. Alternativa 1 - Construção de Unidade Modular em Imóvel do Município por meio de Acordo de Cooperação Técnica

A contratação de uma solução de construção modular para a implementação de um e-Fórum em distritos afastados das Comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná representa uma série de vantagens significativas, tanto operacionais quanto estratégicas, para a promoção da inclusão digital e o acesso à justiça.

Vale neste momento rememorar as justificativas e alinhamento estratégicos apresentados no Projeto e-Fórum (9527251) que apontam a adequação desta primeira solução:

A) Objetivos Estratégicos

· 01 – Aprimorar a comunicação institucional

A presença de um módulo físico do Tribunal em diferentes cidades pode reforçar a imagem institucional, ampliando a divulgação de notícias e campanhas. Isso visa melhorar a comunicação com públicos internos e externos, com linguagem clara e transparente, fornecendo informações sobre o papel do Poder Judiciário, ações, andamento processual, atos judiciais, orçamento e desempenho operacional. Essa iniciativa não apenas impulsiona a reputação do tribunal, mas também estabelece uma conexão direta e confiável com a sociedade, reforçando princípios de transparência e responsabilidade.

· 02 – Incrementar a acessibilidade e estimular as formas alternativas de resolução de conflitos

Busca-se promover a acessibilidade a serviços judiciais e incentivar a adoção de métodos alternativos de solução de disputas. Nesse contexto, destaca-se a iniciativa de fomentar a conciliação e utilizar meios pré-processuais para resolver conflitos. Através do projeto e-Fórum, tais objetivos podem ser aprimorados, oferecendo um canal de acesso simplificado a informações legais e promovendo a resolução de conflitos de maneira mais rápida e eficaz. O sistema modular do e-Fórum, aliado à interação online, pode servir como plataforma para estimular a conciliação, a mediação e outros métodos que evitem o litígio formal. Dessa forma, o projeto não apenas moderniza a abordagem judicial, mas também fortalece a cultura de resolução colaborativa e acessível de disputas, alinhando-se com as metas de desenvolvimento sustentável.

· 05 – Fortalecer a celeridade e a efetividade na atividade jurisdicional

No contexto de aprimorar a celeridade e a eficácia dos processos judiciais, o objetivo é otimizar procedimentos, reduzir prazos e promover uma justiça mais ágil e acessível. O projeto e-Fórum poderá desempenhar um papel crucial nesse cenário, ao oferecer uma plataforma digital que simplifica a comunicação entre as partes judiciais, agiliza a troca de informações e documentos e, através da sua construção modular, proporciona escalabilidade e adaptabilidade para uma operação flexível. A introdução de tecnologias avançadas, como automação de processos, digitalização de documentos e realização de audiências virtuais, contribui para acelerar procedimentos e diminuir burocracias que afetam a efetividade, melhorando a experiência tanto para cidadãos quanto para profissionais do sistema.

B) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS

· 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura

Promover a modernização e a eficiência nos setores industriais e de infraestrutura, por meio de iniciativas inovadoras. Isso abrange desde o desenvolvimento e implementação de tecnologias avançadas até a criação de soluções sustentáveis para atender às demandas crescentes. Projetos como o e-Fórum desempenham um papel significativo, ao adotar abordagens inovadoras de construção modular e tecnologia, contribuindo para otimizar a infraestrutura judiciária, promovendo maior acessibilidade e eficácia na prestação de serviços. Este objetivo visa construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

· 10. Redução das desigualdades

No âmbito do objetivo "Redução das desigualdades", destaca-se o papel crucial do projeto e-Fórum como uma ferramenta transformadora. Ao democratizar o acesso à justiça e ampliar a disponibilidade de serviços jurídicos através de sua construção modular e abordagem tecnológica avançada, o e-Fórum tem o potencial de diminuir as disparidades que frequentemente existem no acesso à justiça. Ao proporcionar uma plataforma digital acessível, o projeto pode permitir que comunidades afastadas e grupos socialmente vulneráveis tenham igualdade de oportunidades para obter informações legais, participar de processos judiciais e resolver disputas. Isso não apenas contribui para a redução das desigualdades no acesso à justiça, mas também reforça a inclusão social e a equidade em um sistema judicial mais acessível e abrangente.

· 11. Cidades e comunidades sustentáveis

O projeto e-Fórum desempenha um papel significativo nessa busca por sustentabilidade ao otimizar a prestação de serviços jurídicos e promover a acessibilidade à justiça em diferentes comunidades. Através de sua abordagem modular e tecnológica, o e-Fórum pode contribuir para a modernização dos sistemas judiciais, simplificando a interação entre cidadãos e instituições. Isso não apenas facilita o acesso à informação legal, mas também fortalece a participação da comunidade nos processos judiciais. Ao promover a eficiência e a igualdade de acesso à justiça, o e-Fórum contribui para o desenvolvimento de comunidades mais sustentáveis e engajadas, alinhando-se aos princípios de urbanismo responsável e equitativo.

VII – Justificativa

Nos recantos mais afastados da sociedade brasileira, onde a tecnologia ainda não conseguiu chegar, reside uma parcela significativa da população que permanece desconectada das vantagens digitais que a era moderna oferece.

Essas comunidades, muitas vezes negligenciadas pela transformação digital, enfrentam desafios substanciais na busca por igualdade de acesso aos serviços oferecidos pelo Estado, especialmente aqueles de cunho jurídico ou relacionados à administração pública.

O acesso desigual à tecnologia não apenas perpetua a exclusão, mas também mina os princípios fundamentais de justiça e equidade em uma sociedade. Casos que merecem atenção e resolução, os quais poderiam empoderar indivíduos e proteger seus direitos, acabam sendo negligenciados, minando a confiança nas instituições governamentais.

É nesse contexto que surge a importância crucial de inserir essa população afastada da tecnologia no âmbito dos serviços do Estado. Projetos como o e-Fórum, que buscam levar os recursos jurídicos, além de outros serviços essenciais, a essas comunidades, têm o potencial de desencadear uma transformação profunda. Essas iniciativas não se limitam a disponibilizar informações e procedimentos legais; elas também quebram barreiras de acesso, tornando os cidadãos participantes ativos no sistema jurídico e nas atividades governamentais locais.

A realização do projeto converge com as atuais preocupações do CNJ. Isso pode ser observado com a Resolução nº 508/2023 que dispõe sobre a instalação de Pontos de Inclusão Digital (PID). Derivada da Recomendação nº 130/2022 para que os tribunais envidem esforços para a instalação de salas que permitissem a realização de atos processuais, a Resolução passa a incumbir os Tribunais para que realizem tais medidas para maximizar o acesso à Justiça com a maior eficiência possível, aproximando o cidadão do Poder Judiciário.

A própria Resolução mencionada reconhece a importância estratégica de o Poder Judiciário brasileiro atuar de forma integrada entre todos os Tribunais dos diversos ramos, outra medida já prevista no presente projeto e que também encontra fundamentos em outra normativa recente do CNJ, nesse caso a Resolução nº 350/2020, que estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário e outras instituições e entidades.

E convém mencionar também que um dos principais beneficiados do presente projeto serão os excluídos digitais – cidadãos que não detêm acesso à internet e a outros meios de comunicação digitais e/ou que não tenha possibilidade ou conhecimento para utilizá-los. Ciente dos benefícios decorrentes da utilização de novas plataformas e ferramentas tecnológicas no Poder Judiciário, e que tais inovações não podem ser usufruídas por uma significativa parcela da sociedade brasileira, em razão de sua dificuldade no acesso aos meios digitais, o projeto é uma estratégia inclusiva que leva em conta aqueles que não têm meios para acompanhar essa modernização e atende a diversas das recomendações listadas na normativa nº 101/2021 do Conselho Nacional de Justiça.

A inserção da população em questão nesse cenário digital vai muito além do fornecimento de serviços essenciais. Ela promove um senso de pertencimento e inclusão, reforçando a ideia de que todos os membros da sociedade são importantes e têm voz. Isso pode, por sua vez, estimular um engajamento mais profundo em questões públicas.

A transformação digital é um motor para a inclusão social e o fortalecimento das comunidades. Garantir que os serviços do Estado, especialmente os serviços jurídicos, estendam-se de maneira acessível a todos os cantos da sociedade é um imperativo moral e legal. Isso não só abre portas para oportunidades individuais, mas também fortalece os alicerces da justiça, da cidadania ativa e da democracia.

Convém ainda destacar que a instalação da estrutura modular *e-Fórum* nos municípios que não sediam Comarcas facilitará sobremaneira o acesso dos cidadãos aos serviços judiciais, especialmente em áreas onde o acesso a tais serviços pode ser limitado devido à distância das respectivas sedes de Comarca. Isso contribui para a redução das desigualdades no acesso à justiça e promove uma maior inclusão digital ao disponibilizar serviços e processos eletrônicos que podem ser acessados remotamente.

A revolução da indústria 4.0 trouxe mudanças significativas para a construção civil, buscando otimizar processos e aprimorar a qualidade. Nesse contexto, a construção modular se destaca como uma ideia brilhante, que ganhou reconhecimento no mercado brasileiro após seu sucesso global.

Atualmente, a abordagem da construção modular está em ascensão devido à revolução tecnológica e à demanda crescente por métodos que garantam qualidade, segurança, eficiência, agilidade e

redução de resíduos na construção de residências e edifícios.

Esse método construtivo se baseia na fabricação de módulos individuais pré-fabricados em linha de montagem e instalados no local da obra. Esses módulos podem ser confeccionados a partir de uma variedade de materiais utilizados na construção pré-fabricada, atendendo às normativas de desempenho.

A construção modular oferece diversas vantagens, incluindo redução da poluição ambiental, menor impacto no meio ambiente, rapidez na execução, sustentabilidade, controle de qualidade e versatilidade.

Rapidez: A construção modular se destaca pela rapidez, permitindo um desenvolvimento ágil do projeto. Esse método possibilita a realização da construção de forma simultânea a outros processos, reduzindo significativamente o tempo de execução em comparação com métodos tradicionais.

Sustentabilidade: Alinhada ao conceito de construção sustentável, a construção modular gera menos resíduos e impacto ambiental em comparação com métodos convencionais. A precisão na fabricação dos módulos resulta em menos desperdício de materiais, enquanto as edificações modulares podem ser relocadas, proporcionando uma abordagem mais sustentável e flexível.

Qualidade e controle: A construção modular oferece um alto nível de controle sobre os recursos, cronograma e custos. Os módulos são fabricados em ambientes controlados, seguindo padrões e normas rigorosos, garantindo a qualidade e segurança das construções. Além disso, a segurança no local de trabalho é aprimorada devido à redução do esforço físico e riscos de acidentes.

Versatilidade: A construção modular permite uma ampla gama de aplicações na engenharia civil e arquitetura. Desde edifícios permanentes até estruturas relocáveis, a construção modular oferece flexibilidade para atender às diversas necessidades.

A adoção de construções modulares permite a padronização das instalações físicas dos *e-Fóruns*. O que não apenas facilita a gestão dos espaços pelo ente municipal, nos termos do Acordo de Cooperação Técnica, mas também assegura que todos os cidadãos, independentemente de sua localização geográfica, recebam um mesmo nível de serviço e tenham uma experiência semelhante ao acessar o sistema de justiça. A padronização também contribui para a eficiência na implementação de novas tecnologias e na capacitação de pessoal.

De mais a mais, a implementação de *e-Fóruns* através de construções modulares modernas e bem equipadas melhora a percepção pública sobre o Poder Judiciário. Uma imagem de modernidade, eficiência e preocupação com a acessibilidade reforça a confiança da população nas instituições judiciais, além de demonstrar um compromisso com a inovação e a melhoria contínua dos serviços prestados.

Vale constar que as construções modulares são conhecidas pela sua rapidez na montagem em comparação com as construções tradicionais. A rapidez na edificação dos *e-Fóruns* significa que os benefícios para a comunidade podem ser realizados de forma mais rápida, o que é essencial em projetos que buscam resolver questões urgentes de acesso à justiça.

Embora inicialmente possam representar um razoável investimento, as construções modulares são mais econômicas no longo prazo devido à sua durabilidade e menor necessidade de manutenção. Além disso, o uso de um terreno disponibilizado pelo município, por meio de Acordo de Cooperação Técnica, reduz significativamente os custos com preparação de infraestrutura.

Frequentemente, as construções modulares são projetadas para serem mais sustentáveis que as construções convencionais. Elas tendem a usar materiais recicláveis e possuem um impacto ambiental reduzido durante a construção. Além disso, a flexibilidade das instalações modulares permite adaptações futuras com menos desperdício de materiais.

Em resumo, a implementação de *e-Fóruns* modulares no Estado do Paraná é uma estratégia que promove a eficiência, acessibilidade e sustentabilidade, alinhando-se com as necessidades modernas de acesso à justiça e contribuindo para uma imagem positiva e inovadora do Poder Judiciário perante

a sociedade.

8.3. Alternativa 2 - Construção de Edificação Padrão em imóvel doado pelo Município ao Poder Judiciário.

A comparação entre a construção modular (solução *e-Fórum*) e a construção padrão de imóvel em terreno doado pelo município revela diversas desvantagens associadas à segunda opção, especialmente no que diz respeito a eficiência, custo, tempo de implementação e flexibilidade.

A construção padrão de imóveis geralmente envolve um processo mais longo e complexo, que inclui etapas como planejamento, aprovação de projetos, construção e inspeção final. Isso pode levar vários meses ou até anos, dependendo da escala do projeto. Em contraste, as construções modulares são pré-fabricadas em um ambiente controlado, o que reduz significativamente o tempo de construção no local, permitindo uma implementação mais rápida e eficiente.

Embora o terreno seja doado pelo município, a construção padrão ainda pode implicar custos significativos em relação a materiais, mão-de-obra e gestão de projetos. A construção modular, por outro lado, é frequentemente mais econômica devido à eficiência do processo de fabricação e montagem, minimizando desperdícios e reduzindo os custos totais de mão-de-obra.

Em outras palavras: a(s) construção(ões) modular(es):

- Oferece maior flexibilidade em termos de design e futuras expansões. Estruturas modulares podem ser facilmente adaptadas, expandidas ou reconfiguradas com base nas necessidades futuras. Construções tradicionais não oferecem a mesma facilidade de adaptação e podem exigir reformas custosas ou mesmo demolições para atender a mudanças nas demandas de espaço ou tecnologia.
- São geralmente mais sustentáveis, minimizando o impacto no local de construção e utilizando materiais frequentemente recicláveis ou de fontes sustentáveis. Construções padrão podem ter um impacto ambiental maior, tanto na fase de construção quanto na de operação, devido ao uso intensivo de recursos naturais e geração de resíduos.
- Permitem um controle de qualidade rigoroso, pois os componentes são fabricados em um ambiente controlado. Este aspecto é crucial para garantir a uniformidade e a qualidade das instalações judiciais, essenciais para a imagem e a funcionalidade do Poder Judiciário. Na construção padrão, apesar do controle de qualidade durante o processo, variáveis como condições climáticas e diferenças na habilidade da mão-de-obra podem afetar a uniformidade final do produto.
- Reduzem significativamente o transtorno no local, uma vez que a maior parte da construção ocorre fora do local. Construções tradicionais, por sua vez, podem gerar longos períodos de transtorno devido à presença contínua de equipamentos pesados e atividades de construção, o que pode afetar negativamente a vida diária nas comunidades próximas.

De mais a mais, a disponibilidade de imóveis para doação pelo ente municipal e o processo administrativo para a transferência da propriedade inviabilizam a execução do projeto na forma e tempo pretendido.

Importante, ademais, registrar que se trata de cooperação técnica em que o módulo virá a ofertar outros serviços públicos além das atividades forenses, por meio de convênios a se firmarem com diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, não sendo uma estrutura reservada exclusivamente ao Judiciário estadual, mas sim um ponto de inclusão digital para beneficiar de maneira ampla a população dos municípios que abrigarão o projeto.

Portanto, ao avaliar todas essas variáveis, torna-se evidente que a solução de construção modular (*e-Fórum*) apresenta vantagens substanciais em relação à construção padrão de um imóvel, especialmente em termos de eficiência, custo, flexibilidade e impacto ambiental, oferecendo uma

resposta mais alinhada às necessidades atuais e futuras do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e de sua população.

8.4. Alternativa 3. Utilização de salas cedidas pelo Município para instalação dos serviços do e-Fórum

A terceira opção, que considera a utilização de salas cedidas pelo município para a execução dos serviços do *e-Fórum*, apresenta desvantagens operacionais e conflito com os objetivos do projeto, principalmente no que se refere à autonomia e à independência da atividade judicial. Abaixo, destacam-se essas desvantagens em comparação com as soluções de construção modular e, mesmo, da construção padrão:

Utilizar instalações municipais pode comprometer a autonomia do Poder Judiciário. A dependência de espaços fornecidos pelo município pode resultar em interferências ou influências políticas, o que é incompatível com o princípio da separação dos poderes. A autonomia física e administrativa é essencial para a imparcialidade do Judiciário, algo que a construção modular ou padrão de imóveis próprios melhor garantiria.

Salas cedidas podem não oferecer a infraestrutura específica necessária para garantir a segurança adequada de informações sensíveis e confidenciais manuseadas pelo Judiciário. A construção de instalações próprias, seja modular ou padrão, permite o design e a implementação de sistemas de segurança avançados que atendem aos rigorosos requisitos de privacidade e segurança judicial.

Espaços cedidos frequentemente não são projetados especificamente para as necessidades judiciais, podendo ser inadequados em termos de *layout*, acessibilidade ou capacidade. As construções modulares e padrões, por outro lado, são projetadas desde o início para atender às exigências específicas das atividades esperadas para a execução do projeto *e-Fórum*, garantindo maior eficiência operacional e melhor atendimento ao público.

A utilização de salas cedidas impõe uma dependência de acordos temporários, frágeis e renegociáveis, que podem ser revistos ou cancelados a cada novo governo municipal, na medida em que necessitem dos espaços cedidos para fins próprios do ente. Isso compromete a previsibilidade e a estabilidade necessárias para o planejamento a longo prazo das atividades do *e-Fórum*. Instalações próprias, construídas especificamente para o Tribunal, oferecem uma solução mais permanente e estável.

Outro ponto que impende ser destacado é que se tratam de municípios de pequeno porte, cujas instalações públicas em geral já se encontram comprometidas e indisponíveis, não sendo escopo do projeto onerar esses municípios com exigências que limitariam tanto a execução do *e-Fórum* quanto à disponibilidade de espaços do ente municipal.

Embora a princípio possa parecer econômico utilizar espaços já existentes, a longo prazo, a adaptação e manutenção desses espaços para atender aos padrões judiciais podem resultar em custos recorrentes e elevados e, por outro lado, impor maior instabilidade em relação à perenidade do uso. Construções dedicadas, seja por métodos modulares ou tradicionais, podem ser otimizadas para eficiência energética e baixa manutenção, resultando em economias substanciais.

Além disso, a utilização de espaços cedidos pode afetar negativamente a imagem do Judiciário, que pode ser percebido como menos profissional ou menos digno se suas instalações forem compartilhadas ou temporárias. Instalações próprias reforçam a seriedade e a permanência do sistema judicial aos olhos do público.

Convém destacar também que o escopo do projeto *e-Fórum* transpassa a mera disponibilização de ponto de acesso e visa, sobretudo, aproximar efetivamente o Poder Judiciário das populações mais excluídas digitalmente. Busca-se levar a identidade e efetiva presença do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná nos municípios que integram os distritos judiciais, contudo não sediam as respectivas Comarcas.

O investimento do Poder Judiciário, no modelo de parceria com o município em questão se mostra

medida de política pública de valorização dos municípios integrantes das Comarcas, propiciando espaço condigno para a população, ostentando a presença do Poder Judiciário na localidade.

Em suma, enquanto a utilização de salas cedidas pelo município pode oferecer benefícios imediatos em termos de custo e conveniência, essas vantagens são superadas pelas desvantagens significativas relacionadas à autonomia, segurança, adequação operacional, e sustentabilidade a longo prazo. Portanto, as opções de construção modular ou padrão representam investimentos mais estratégicos e alinhados com os princípios fundamentais de autonomia e independência do Judiciário.

8.5. Alternativa 4. Locação de Imóvel no Município para instalação dos serviços do e-Fórum

A opção de locar um imóvel no município para execução dos serviços do *e-Fórum*, comparada com as alternativas de construção modular e construção padrão em terreno cedido pelo município, pode parecer atraente a curto prazo. No entanto, essa abordagem apresenta desvantagens significativas, principalmente no que diz respeito ao custo a longo prazo. Vamos explorar essas desvantagens:

A locação de um imóvel implica em custos contínuos de aluguel que podem aumentar ao longo do tempo devido à inflação ou ajustes contratuais. Além disso, esses custos são recorrentes e não resultam em ganho de patrimônio para o Tribunal, ou seja, o dinheiro gasto em aluguel é um custo sem retorno de investimento em termos de propriedade.

Frequentemente, os imóveis locados necessitam de adaptações significativas para atender às necessidades específicas dos serviços judiciais, incluindo segurança, acessibilidade e infraestrutura de TI. Estas modificações podem ser muito dispendiosas, e como o imóvel não é de propriedade do Tribunal, esses investimentos melhoram um bem que não lhe pertence. Adicionalmente, a manutenção do espaço geralmente fica a cargo do locatário, adicionando mais custos operacionais.

Contratos de locação estão sujeitos a renovação, e o proprietário do imóvel pode optar por não renovar ou aumentar substancialmente o aluguel. Isso impõe uma incerteza a longo prazo, podendo forçar o Tribunal a realocar frequentemente, o que é impraticável e custoso.

Semelhante ao uso de espaços cedidos, a locação também pode comprometer a autonomia do Poder Judiciário. Dependendo das condições do mercado imobiliário e da vontade do proprietário, o Tribunal pode se encontrar em uma posição vulnerável.

Imóveis locados podem não estar alinhados com os padrões modernos de eficiência energética ou necessidades específicas de sustentabilidade que o Tribunal deseja cumprir. Isso não só afeta os custos operacionais devido ao maior consumo de energia, mas também compromete as metas de sustentabilidade a longo prazo.

Embora a locação possa exigir um menor investimento inicial comparado à construção, os custos recorrentes e crescentes de aluguel podem acumular significativamente ao longo do tempo, tornando esta opção menos vantajosa financeiramente do que construir um imóvel próprio.

Neste particular, mais uma vez cabe mencionar que o projeto será levado a município de pequeno porte que não sediam Comarcas. A realidade da grande maioria dessas localidades aponta para a indisponibilidade de imóveis aptos a abrigar o e-Fórum, o que limitaria o escopo do projeto, muitas vezes impedindo a implementação em municípios que muito carecem de inclusão dos cidadãos na comodidade tecnológica.

Portanto, comparadas com a locação, as alternativas de construção modular ou construção padrão em terreno cedido representam um investimento inicial mais alto, mas são mais econômicas a longo prazo. Essas opções permitem que o Tribunal controle completamente suas instalações, evitando os riscos financeiros e operacionais associados à locação, além de contribuir para a construção de um patrimônio duradouro que serve ao interesse público e reforça a independência do Judiciário.

8.6. Conclusão

Conclui-se, por fim, existirem quatro alternativas para a execução dos serviços esperados para o Projeto 9527251, sendo que, no entendimento das unidades envolvida na elaboração deste Estudo Técnico Preliminar a primeira alternativa apresenta maiores vantagens técnicas e institucionais para alcançar os objetivos traçados para o projeto e-Fórum do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Ainda, no que concerne à forma mais adequada de contratação, os estudos evidenciam que, para o caso em tela, a **Contratação Integrada** para a execução dos projetos complementares e da obra levará a um melhor resultado, vez que as construções modulares tem soluções proprietárias que são peculiares a cada fabricante. As construções modulares, ainda que em grande parte personalizadas para a demanda do cliente, tem sua base em soluções que cada fabricante desenvolveu e patenteou para os seus produtos. Assim, deve-se permitir e aproveitar o *know how* da indústria para se obter todos os benefícios deste tipo de construção.

Deste modo, a modalidade integrada se aplica de maneira perfeita à contratação pretendida na medida em que se oportuniza a adoção, pela contratada, de soluções inovadoras no processo executivo que contribuirão para o alcance da solução mais eficiente e sustentável. Ademais, esse modelo auxilia na desoneração dos riscos suportados pela Administração, vez que a mesma empresa responde pela adequação dos projetos e da execução da obra. Desta forma, a contratação integrada mostra-se sobre o prisma técnico muito recomendável. Afinal, fazendo-se uma analogia com a fabricação de um automóvel não se mostra viável a contratação de um projeto para concepção de um carro com uma certa empresa e depois a contratação de outra empresa para realizar a sua execução e implantação na linha de produção. No caso posto em discussão, cada empresa, ao fazer seu projeto de e-Fórum, devido a suas características na futura linha de produção, desenvolverá projeto que somente, em tese, ela conseguirá executar, sem um ônus financeiro e técnico relativamente excessivo.

Assim, considerando que o Tribunal de Justiça já aferiu a adequação da metodologia de orçamentação técnica, neste procedimento recomenda-se a adoção do **orçamento aberto**, ou seja, não sigiloso, para o qual será adotada a metodologia de orçamento sintético em todas as parcelas que os anteprojetos técnicos permitirem a adequada quantificação dos sistemas envolvidos e orçamento paramétrico nos casos em que os anteprojetos não se mostrarem suficientes para a precisa estimativa.

A modalidade cabível para a contratação é a **Concorrência** e, com o fito de ampliar a competitividade, em sua forma **Eletrônica**. O critério de seleção das propostas que se impõe é o **Menor Preço Global**.

Consequentemente, estão preenchidos os requisitos elencados no artigo 18, §1º, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 15, §1º, inciso V, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

9. CRITÉRIOS PARA ORÇAMENTAÇÃO ESTIMATIVA PARA LICITAÇÕES DE OBRA NO REGIME DE CONTRATAÇÃO INTEGRADA

Em se adotando regime de contratação integrada, a elaboração do Projeto Básico é dispensada, em conformidade com o artigo 45º, inciso VII, §2º da Lei Federal 14.133/2021. Portanto a documentação orientativa para licitação será o Anteprojeto elaborado conforme descrito no inciso XXIV do art. 6º da referida Lei.

O orçamento estimativo para o preço máximo da contratação será elaborado com a metodologia prevista para contratação integrada da Lei Federal 14.133/2021, nos termos do Artigo 23, §5º que, por sua vez, faz referência ao § 2º, do mesmo Artigo:

“§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

(...)

§ 5º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, o valor estimado da contratação será calculado nos termos do § 2º deste artigo, acrescido ou não de parcela referente à remuneração do risco, e, sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético, balizado em sistema de custo definido no inciso I do § 2º deste artigo, devendo a utilização de metodologia expedita ou paramétrica e de avaliação aproximada baseada em outras contratações similares ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto.)”

Nesta toada, serão adotadas três modalidades de orçamentação estimativa, para cada serviço a ser orçado conforme a suficiência ou não de detalhamento das soluções constantes do anteprojeto:

- Orçamento estimativo paramétrico, totalmente baseado em obras similares, utilizando uma unidade representativa como parâmetro;
- Orçamento estimativo sintético, utilizando apenas composições representativas dos serviços necessários para completa execução da etapa conforme quantitativos levantados em anteprojeto;
- Orçamento estimativo misto, que utiliza parcialmente composições sintéticas de serviços para os principais itens devidamente identificados e definidos em projeto, com os demais itens parametrizados de obras similares.

Para melhor compreensão da metodologia adotada, seguem exemplos a serem utilizados para cada forma de orçamentação:

- Orçamento estimativo paramétrico – O serviço “HIDROSSANITÁRIO” contempla as instalações de água e esgoto, sendo inviável o levantamento de tubulações e conexões sem o projeto hidrossanitário, portanto, será elaborado em sua totalidade orçamento estimativo paramétrico baseado em obras similares.
- Orçamento estimativo sintético – Para o serviço “ALVENARIAS” é possível definir quais os serviços necessários, além de quantificar com exatidão a área de alvenaria a ser executada, por meio do anteprojeto arquitetônico a ser desenvolvido. Logo, será elaborado orçamento estimativo sintético para essa etapa.
- Orçamento estimativo misto – Como para o Serviço “SUPERESTRUTURA”, não haverá contratação prévia de projetos e respectivo projeto estrutural, não será possível quantificar com precisão os serviços necessários. Todavia, é possível quantificar o volume das paredes de concreto aparente e especificá-las, devido ao anteprojeto arquitetônico elaborado, ou seja, para o item concreto aparente das paredes será utilizado o orçamento estimativo sintético. No mesmo sentido, as armaduras das peças aparentes não serão passíveis de quantificação, assim, entrarão na fração

do orçamento estimativo parametrizado nessa etapa.

A mesma lógica aplica-se aos demais serviços, de forma que serviços com valor relevante, que podem ser quantificados e especificados (caracterizados) com anteprojetos a serem desenvolvidos serão lançados com composições sintéticas, enquanto itens de baixa relevância ou sem detalhamento adequado ou ainda que não existam em bases referenciais de preço (SINAPI, SICRO, ...) serão parametrizados por obras similares.

Não obstante, os dados de orçamento devem ser comparados com indicadores de balizamento e aferição elaborados com fundamento em obras já licitadas e executadas por esse Tribunal, validando criteriosamente valores para etapas construtivas e com valores por metro quadrado construído. Será calculado o valor médio a ser adotado para os serviços, eliminando-se dados com desvio padrão superior à 30%, recalculando-se a média, para eliminação de dados com baixa aderência ou espúrios.

Para correção de valores utiliza-se o Art. 23, §2º, inciso III, da Lei Federal 14133/2021, adotando-se o INCC (Índice Nacional de Custo de Construção), que é o índice oficial para o caso da construção civil.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR E DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, VI)

10.1. Estimativa de Valor

De acordo com as características peculiares do objeto (construção modular, off-site), mostra-se inviável utilizar a metodologia expedita utilizada para as edificações convencionais construídas por esse tribunal nos últimos anos para estimar a custo de implantação do projeto. Vale informar que o custo médio do metro quadrado construído, nos últimos quatro anos, atualizado pelo INCC para a data-base mais recente, é de R\$ 10.293,62/m².

Logo, pela peculiaridade do e-fórum, conforme Anteprojetos nº 10143057 e nº 10143114, optou-se por pesquisas de mercado, em sites de fornecedores de módulos off-site, acrescidos do custo da fundação. A tabela abaixo demonstra os valores e fontes consultados para a estimativa

Empresa	Módulo	Valor	Área (m²)	R\$/m²	Fonte
A	Alpina	R\$ 219.000,00	37	R\$ 5.918,92	1
A	Kitinet	R\$ 113.800,00	25	R\$ 4.552,00	1
A	Loft	R\$ 149.400,00	32	R\$ 4.668,75	1
A	Tinyhouse	R\$ 149.000,00	32	R\$ 4.656,25	1
A	MH-315	R\$ 260.000,00	29,8	R\$ 8.724,83	2
B	MV-315	R\$ 675.000,00	79,38	R\$ 8.503,40	2
C	Lakehouse	R\$ 201.050,00	22	R\$ 9.138,64	3
C	Escritório	R\$ 118.270,00	18,4	R\$ 6.427,72	3
C	Grande para 2	R\$ 264.880,00	44	R\$ 6.020,00	3
Média				R\$ 6.512,28	
Custo da Fundação (SINAPI 97101) por m²				R\$ 159,10	
Total				R\$ 6.671,38	

Fontes:

1 - <https://www.zenhousebr.com/>

2 - <https://cubicon.com.br/>

3 - <https://www.boxmodular.com.br/modulos-mobiliados>

Portanto, a área estimada do projeto do e-fórum é de 64,61 m². Por conseguinte, estima-se que o provável valor da construção seja de **R\$ 431.037,76 (quatrocentos e trinta e um mil trinta e sete reais e setenta e seis centavos)**. Comparando-se com o valor de edificações tradicionais, há uma redução de aproximadamente 35% do custo do metro quadrado construído, guardadas as devidas diferenças técnicas.

Todavia, ressalta-se que, por ser uma estimativa simples para os fins do presente Estudo Técnico Preliminar, a IBRAOP (Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas) orienta que a faixa de precisão para estimativa de custos de estudos preliminares é de $\pm 30\%$ ^[1]. Ou seja, o valor provável da construção do e-fórum varia de **R\$ 301.726,43 (trezentos e um mil setecentos e vinte e seis reais e quarenta e três centavos)** a **R\$ 560.349,76 (quinhentos e sessenta mil trezentos e quarenta e nove reais e setenta e seis centavos)**.

Para a estimativa acima não foram incluídos na estimativa custos relativos a movimentação de terra, preparo do terreno, redes diversas na implantação (considerado apenas redes internas ao módulo), mobiliários e demais itens externos ao módulo.

10.2. Estimativa de Prazo

Já para a estimativa de prazo, pressupõe-se que a construção se inicie pela fundação, desconsiderando-se prazos para aprovações e licenças. Já que a cura do concreto é de 28 dias, sendo que a estrutura poderá ter resistência que possibilite a instalação dos módulos já com 21 dias, e que a fabricação dos módulos, assim como o seu transporte, pode acontecer nesse mesmo período, estima-se que seja necessária 1 (uma) semana para a instalação e interligações com as redes públicas de abastecimento e esgotamento, e mais duas semanas para acabamentos internos e externos. Tal cronograma pode ser observado no gráfico abaixo:

Etapa/Semanas	1	2	3	4	5	6
Fundação						
Fabricação						
Transporte						
Instalação						
Acabamentos						

Assim, estima-se que o prazo de construção seja de 5 (cinco) a 7 (sete) semanas, a depender dos acabamentos necessários, desconsiderando influências ambientais, como intempéries e assemelhados.

10.3. Conclusão

- Valor estimado: **R\$ 301.726,43 (trezentos e um mil setecentos e vinte e seis reais e quarenta e três centavos)** a **R\$ 560.349,76 (quinhentos e sessenta mil trezentos e quarenta e nove reais e setenta e seis centavos)**.
- Prazo estimado: **5 (cinco) a 7 (sete) semanas**

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, VII)

A presente contratação requer uma empresa de engenharia e arquitetura que elabore os projetos complementares e execute a construção do objeto, que para isso possua capacidade-operacional e

profissional, empregando profissionais com conhecimentos técnicos para a execução das atividades.

Salienta-se a existência de diversas empresas do ramo no mercado, aumentando assim a competitividade.

A solução como um todo, ora apresentada, trata do registro da estimativa do custo total da contratação, incluindo gastos envolvidos em contratações interdependentes, considerando a solução escolhida.

Compreende-se a descrição do conjunto de todos os elementos necessários, agindo de forma integrada e complementar, para gerar os resultados que atendam a necessidade pretendida pela Administração.

A descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, deve considerar todo o ciclo de vida do objeto executado inclusive as questões relacionadas à manutenção, assistência técnica, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, o que definirá o dispêndio a ser efetuado durante seu uso.

Também deve levar em conta o objeto necessário para a solução do problema levantado: obra ou serviço de engenharia, assim como pode envolver mais de um objeto, de tal forma que seja necessária a adoção do regime de execução de fornecimento e prestação de serviços associados.

No Capítulo “15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 18, §1º, XI)” são relacionadas as contratações que complementarão o objeto, tanto no momento da entrega, para permitir a sua perfeita entrega e entrada em funcionamento, como na sua operação e manutenção.

11.1. Custos de Depreciação

A Instrução Normativa nº 16/2018 do TJPR que dispõe sobre os procedimentos necessários ao controle dos bens imóveis pertencentes ao Poder Judiciário do Estado do Paraná, em conformidade com os procedimentos previstos no Manual de Procedimentos Contábeis Patrimoniais do Poder Judiciário do Estado do Paraná, define em seu Anexo I (pg. 3) que para fins de depreciação a vida útil das edificações forenses será de 70 anos.

O valor residual do imóvel ao final de sua vida útil será de 20% do seu valor inicial.

O método de depreciação adotado pelo TJPR, apresentado no Anexo I da referida instrução normativa, é o Ross-Heidecke, uma metodologia mista de depreciação que considera a vida útil estimada, a idade real, o estado de conservação da edificação, segundo a depreciação esperada dos sistemas (estrutural, alvenarias, hidráulica, cobertura, elétrica, lógica, fundações, esquadrias, revestimentos, etc.) e a idade da edificação segundo coeficientes que representam sua idade aparente e a potencialidade decorrente do surgimento de patologias coma maior idade desta.

Aplicando-se a formulação apresentada, tem-se que ao final da vida útil a depreciação do imóvel será de 80% do seu valor inicial, ou seja, restará apenas o seu valor residual, equivalente a 20% do valor inicial.

Assim, o custo estimado de depreciação do empreendimento até o final de sua vida útil está entre **R\$ 241.381,14 (duzentos e quarenta e um mil, trezentos e oitenta e um reais e catorze centavos)** e **R\$ 448.279,81 (quatrocentos e quarenta e oito mil, duzentos e setenta e nove reais e oitenta e um centavos)** (80% do valor apresentado no Capítulo “11.3. Conclusão”).

11.2. Custos de Manutenção Predial

Não haverá custos de manutenção predial para o TJPR, conforme Cláusula 2.1.2, alínea h), j) e m), da Minuta 9878507, que se refere ao texto padrão a ser utilizado nos Acordos de Cooperação

Técnica, cuja natureza é de Contrato de Adesão.

11.3. Custos com Fornecimento de Água e Energia Elétrica

Não haverá custos com Fornecimento de Água e Energia Elétrica para o TJPR, conforme Cláusula 2.1.2, alíneas b), c), d) e j), da Minuta 9878507, que se refere ao texto padrão a ser utilizado nos Acordos de Cooperação Técnica, cuja natureza é de Contrato de Adesão.

11.4. Custos de Pessoal para Operação

11.4.1. Custos de pessoal com a atividade fim

Em relação aos magistrados, servidores e estagiários **não haverá incremento de despesa de pessoal** em função do novo empreendimento do e-Fórum, tendo em vista a conclusão da Assessoria Técnica do Gabinete do Secretário da Secretaria de Planejamento, a qual deduziu que *“não se vislumbra possibilidade, ao menos em curto prazo, de desmembramento para criação de comarca específica para o Município”* (10279510).

Por fim, em conformidade com o Projeto 9527251, será responsabilidade da Prefeitura interessada disponibilizar os espaços físicos para a instalação das unidades modulares, **um servidor que será responsável pelo atendimento no local**, bem como prover infraestrutura de luz, água e dados para o seu funcionamento, responsabilidade esta positivada na Minuta 9878507, Cláusula 2.1.2, alíneas i).

11.4.2. Custos de asseio, segurança e apoio à atividade fim

Não haverá custos de asseio, segurança e apoio à atividade fim para o TJPR, conforme Cláusula 2.1.2, alíneas h), j) e m), da Minuta 9878507, que se refere ao texto padrão a ser utilizado nos Acordos de Cooperação Técnica, cuja natureza é de Contrato de Adesão.

11.5. Custos de TI

11.5.1. Microcomputadores e demais Periféricos

De acordo com a Informação 10340593, os gastos com microcomputadores e demais periféricos foram estimados da seguinte forma:

Item	Modelo	Valor em RS
Câmera Digital	WebCam Logitech c270	53,84
Câmera Digital	WebCam Logitech C925e	42
Câmera Digital	WebCam Microsoft LifeCam Cinema	32,6
Microcomputador	Positivo Master – D570	176,36
Microcomputador	Positivo Master – D570A	171,5
Microcomputador	Positivo Master – D580	225,23
Monitor de Vídeo	Positivo (LG) – 20M35PD-D – 20”	43,24
Monitor de Vídeo	Positivo (LG) – E2011PX – 20”	37,79
Monitor de Vídeo	Positivo (Samsung) – BX2240 – 22”	36,47

Assim, o custo total relativo a estes itens corresponde a **R\$ 819,03.**

11.5.2. Custos com Link ou rede Wi-fi, telefonia e demais instalações como switches e demais itens

Não haverá custos com link ou rede Wi-fi, bem como telefonia e demais instalações como switches e demais itens para o TJPR, conforme Cláusula 2.1.2, alíneas e), e f), da Minuta 9878507, que se refere ao texto padrão a ser utilizado nos Acordos de Cooperação Técnica, cuja natureza é de Contrato de Adesão.

11.6. Custos com Fornecimento e Instalação de Mobiliário

De acordo com a Informação 10359847, os gastos com fornecimento de Fornecimento e Instalação de Mobiliário foram estimados da seguinte forma:

Mobiliário			e-Fórum	
Código	Descrição	Valor Unitário	Quantitativo	Valor Total
PS3G	Poltrona Giratória espaldar médio	R\$ 894,75	9	R\$ 8.052,75
LG3	Longarina 3 Lugares	R\$ 2.416,00	1	R\$ 2.416,00
BPF	Balcão Baixo/com armário fechado	R\$ 1.254,00	2	R\$ 2.508,00
GV4	Gaveteiro Volante com 4 gavetas	R\$ 1.142,09	1	R\$ 1.142,09
MPFR	Mesa de reunião redonda	R\$ 1.158,46	1	R\$ 1.158,46
BCPIA	Balcão de pia	R\$ 4.578,00	1,20m	R\$ 4.578,00
Total				R\$ 19.855,30

Assim, o custo total relativo a estes itens corresponde a **R\$ 19.855,30.**

11.7. Planilha-Resumo de Estimativa de Custos Envolvidos na Execução do Objeto

Dadas as informações dos itens anteriores deste Capítulo, temos a seguinte tabela, a qual resume os custos, principais e acessórios, relativos ao objeto desta contratação:

Custos de Depreciação		R\$ 448.279,81
Custos de Manutenção Predial		R\$ 0,00
Custos com Fornecimento de Água e Energia Elétrica		R\$ 0,00
Custos de Pessoal para Operação		R\$ 0,00
	Custos de pessoal com a atividade fim	R\$ 0,00
	Custos de asseio, segurança e apoio à atividade fim	R\$ 0,00
Custos de TI		R\$ 819,03
	Microcomputadores e demais Periféricos	R\$ 819,03
	Custos com Link ou rede Wi-fi, telefonia e demais instalações como switches e demais itens	R\$ 0,00
Custos com Fornecimento e Instalação de Mobiliário		R\$ 19.855,30
CUSTO TOTAL:		R\$ 468.954,14

Dessarte, estão preenchidos os requisitos elencados no artigo 18, §1º, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 15, §1º, inciso VII, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, VIII)

12.1. Contexto jurídico-normativo

O art. 23, §1º, da Lei nº 8.666, assim previa:

“Art. 23. (...)

§ 1º As obras, serviços e compras efetuados pela Administração serão divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.”

Com o advento da Lei 14.133/2021, a previsão passou a compor a redação do Art. 47, inc. II, assim transcrito:

"Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

[...]

II. do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso."

Nesse mesmo contexto, o Art. 342 do Decreto Estadual 10.086/2022: dispõe:

"Art. 342. O princípio do parcelamento do objeto deverá ser adotado sempre que a sua divisão:

I - seja tecnicamente viável e economicamente vantajosa;

II - não represente perda de economia de escala;

III - garanta a ampliação da competição e evite a concentração de mercado.

Parágrafo único. O não parcelamento do objeto deverá ser devidamente justificado com a demonstração das razões técnicas, administrativas e econômicas que o inviabilize."

12.2. Do parcelamento do Empreendimento

O empreendimento, por tratar-se de objeto único e indivisível, implantação de unidade e-Fórum em município, de per si é não parcelável.

12.2.1. Do Parcelamento do Projeto

Quanto ao parcelamento do projeto a ser elaborado, este abrange uma única edificação modular, não cabendo assim o parcelamento. Além disso, todos os projetos devem ser elaborados pela mesma empresa de construção modular contratada e adequada a seus processos industriais e de modulação, afim de que seja realizada a compatibilização entre as disciplinas de projetos. Ainda, o parcelamento possibilitaria a discussão acerca da responsabilidade sob eventual falha durante a futura obra advinda de erros de projetos.

Assim, na prática este parcelamento não é solução economicamente e comercialmente admitida, pelas razões acima e por perda de escala ao dividir a solução, não havendo, em contrapartida, aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao parcelar o objeto.

12.2.2. Do Parcelamento da obra de construção

Quanto ao parcelamento da obra de construção, esta também não é cabível, vez que a característica da construção modular é a de *turn key*, não se demonstrando economicamente viável parcelar os serviços de execução.

Ademais, dividir a solução, considerando o porte do empreendimento, resultaria em objeto pouco atrativo comercialmente.

Além disso, o gerenciamento das equipes pelo fiscal e gestor do contrato, ao qual, nesse cenário hipotético, caberia administrar os eventuais conflitos além de toda a logística para que os diferentes contratados atuem de forma harmônica. Ainda que dispusesse a Administração de quantidade suficiente de fiscais para tanto, o custo administrativo se tornaria inviável. Ainda, o número de

contratos se multiplicaria, incrementando os custos administrativos de gestão.

12.3. Conclusão

Inúmeros conflitos de garantias poderão surgir, encontrando-se a fiscalização no papel de arbitro na apuração de responsabilidades. Ainda, o descompasso entre os fornecedores poderia levar a paralisação da obra ou a multas ou solicitações de reequilíbrio por parte de algum fornecedor que restasse prejudicado, repassando à Administração todo esse risco e gerenciamento logístico. De igual forma e como já referido quanto aos projetos, não será admissível o parcelamento do objeto referente aos serviços especializados de projetos, tendo em vista se tratar de contratação integrada e de objeto único em sistema modular industrial.

Todas estas considerações se estendem para a aquisição de materiais e mão de obra de forma separada. Se encontraria a Administração no papel de providenciar e gerenciar a compra dos materiais, bem como a logística de entrega destes, administrando e fiscalizando, ainda, o devido emprego destes materiais e perdas na execução dos serviços.

Consequentemente, estão preenchidos os requisitos elencados no artigo 18, §1º, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 15, §1º, inciso VIII, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, §1º, IX)

A expectativa é que a implementação dos e-Fórum proporcione, em primeiro plano, a inclusão das pessoas que não têm acesso à internet nos serviços estatais, principalmente aqueles relacionados à justiça. A inclusão catalisada pelo e-Fórum tem o potencial de se expandir para outras esferas do aparato estatal, interligando os serviços oferecidos pelo Ministério Público, por prefeituras e secretarias. Dessa maneira, o e-Fórum, para além de estreitar os laços entre os cidadãos e o Estado, também centraliza a própria estrutura estatal em um formato modular de serviços.

Portanto, o resultado almejado é que os habitantes das regiões mais afastadas dos centros urbanos de maior porte possam não apenas usufruir dos serviços jurídicos através do e-Fórum, mas também possam ter acesso a uma extensa variedade de serviços que geralmente só estão acessíveis em áreas urbanas mais desenvolvidas ou para uma minoria com proficiência em tecnologia.

Consequentemente, estão preenchidos os requisitos elencados no artigo 18, §1º, inciso IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o artigo 15, §1º, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (art. 18, §1º, X)

A Administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato:

- Garantir que a execução do objeto da presente contratação esteja prevista no PAC do respectivo ano, em que ocorrerá o desembolso financeiro;
- Garantir a formalização do Termo de Convênio entre o Tribunal de Justiça e o Município interessado, nos exatos termos da Minuta 9878507, ressalvada eventual excepcionalidade devidamente justificada;
- Definir os servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual;
- Capacitar os fiscais e gestores a respeito do tema da contratação, bem como o servidor do Município que será disponibilizado ao edifício do e-Fórum;

- Acompanhar rigorosamente as ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.

Desta forma, estão preenchidos os requisitos elencados no artigo 18, §1º, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 15, §1º, inciso X, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 18, §1º, XI)

Na etapa de planejamento da contratação, foram consultados o Departamento do Patrimônio, o Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados e o Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, que se manifestaram:

15.1. Coordenadoria de Patrimônio e Suprimentos (Cota 10368509)

Não há previsão de qualquer contratação correlata e/ou interdependente necessária ao aperfeiçoamento do projeto.

15.2. Coordenadoria de Serviços Terceirizados (Informação 10344315)

Não há previsão de qualquer contratação das Divisões de Segurança Patrimonial, de Serviços de Atendimento e Copeiragem e de Serviços de Asseio e Conservação, não sendo necessário, portanto, qualquer acréscimo inerente a contratação de terceirizados para esta finalidade.

15.3. Divisão de Núcleos Regionais de Informática (Cota 10361451)

Não há previsão de qualquer contratação correlata e/ou interdependente necessária ao aperfeiçoamento do projeto.

15.4. Observação

Por fim, repita-se que os custos relativos às contratações correlatas se encontram estimados no Capítulo 12 deste Estudo.

Diante do exposto, estão preenchidos os requisitos elencados no artigo 18, §1º, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 15, §1º, inciso XI, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

16. IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18, §1º, XII)

A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que serão incluídos no escopo da elaboração dos projetos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, reaproveitamento de água de chuvas, logística reversa para desfazimento e reciclagem de resíduos da construção e refugos, além de que todo o material e equipamentos a serem fornecidos deverão considerar a composição, características e componentes sustentáveis.

Haverá também previsão de responsabilidade ambiental pelo Município conforme Termo de Convênio.

Deverá também ser elaborado o PLANO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DA OBRA (PGRCC) com

catalogação de todos os resíduos, previsão de seu armazenamento e sua destinação final. Todas as etapas da obra deverão ser contempladas, assim como os resíduos gerados em cada uma delas.

A classificação para caracterização dos resíduos deverá ser feita de acordo com a Resolução [307/2002](#) do CONAMA e suas alterações. Os resíduos que não se enquadrarem na classificação do CONAMA, devem ser classificados pela NBR [10.004](#). Deve ser apresentado memorial de cálculo de quantidades finais de resíduos gerados, tanto para a obra quanto para eventuais demolições, descrevendo em memorial a metodologia utilizada.

O plano de gestão de resíduos deverá indicar claramente quais os documentos e aprovações legais são necessários para coleta e transporte de todos os tipos de resíduos gerados. Deve ser analisada também a possível reutilização ou reciclagem dos resíduos na própria obra, caso seja possível, deve estar claro quais resíduos serão reutilizados, quantidades e forma de reutilização.

Consequentemente, estão preenchidos os requisitos elencados no artigo 18, §1º, inciso XII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 15, §1º, inciso XII, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

17. IMPACTOS SOCIOECONÔMICO, SOCIOAMBIENTAL, SOCIOCULTURAL E SOCIOPOLÍTICO (Decreto Estadual nº 10.086/2022, art. 447, II)

De início, ressalta-se que, em termos acadêmicos, a análise de impacto socioeconômico, socioambiental, sociocultural e sociopolítico do e-Fórum no município proponente envolveria uma série de desafios e dificuldades. A estimativa da magnitude dos resultados, por exemplo, requer:

- Coleta de dados;
- Análise interdisciplinar;
- Identificação de relações causais;
- Previsão de impactos a longo prazo;
- Avaliação de impactos indiretos e não-intencionais; e
- Comunicação de resultados complexos.

Não obstante, é possível inferir os impactos presumidos, conforme segue.

17.1. Impactos Socioeconômicos

- Inclusão Social e Econômica: Redução das disparidades socioeconômicas em comunidades remotas e desfavorecidas através do acesso facilitado a serviços jurídicos e governamentais.
- Desenvolvimento Regional: Promoção de estabilidade econômica e social na região, decorrente do aumento da confiança em instituições públicas mediante o atendimento às necessidades de comunidades distantes e desprovidas de acesso tecnológico.
- Eficiência para o usuário: Aumento da eficiência dos serviços jurisdicionais com a redução das distâncias e do tempo de deslocamento até a Sede da Comarca.
- Fomento à economia local: Antes destinados ao deslocamento até a Sede da Comarca, o tempo e os recursos financeiros poupados tornam-se ativos disponíveis para o potencial impulsionamento da economia local.
- Modernização da Administração Pública: Com a consolidação de estruturas de comunicação e de amplo acesso à internet, viabiliza-se a modernização da prestação de serviços judiciais através do avanço tecnológico.

- Redução de Custos: Economia de recursos públicos com a redução de eventuais despesas com serviços de transporte intermunicipal e com o deslocamento de Oficiais de Justiça, permitindo o direcionamento de tais recursos para outras áreas prioritárias.

17.2. Impactos Socioambientais

Embora os impactos socioambientais diretos do projeto e-Fórum possam não ser tão evidentes quanto os impactos sociais, econômicos ou culturais, ainda é possível identificar alguns efeitos indiretos que possam surgir com a sua implementação:

- Redução da Emissão de Carbono: Diminuição da necessidade de viagens longas até a Sede da Comarca, reduzindo o consumo de combustíveis fósseis e a consequente emissão de carbono.
- Preservação de Recursos Naturais: Redução da pressão sobre ecossistemas sensíveis, especialmente em unidades de conservação ambiental e zonas de amortecimento, devido à diminuição da necessidade de deslocamentos intermunicipais.
- Conservação da Biodiversidade: Minimização do impacto sobre habitats naturais, espécies e ecossistemas locais em razão da redução do tráfego em áreas sensíveis e da demanda por construção de estradas.
- Economia de Recursos: Redução do uso de papel e de recursos físicos associados aos processos judiciais e administrativos, além da diminuição, devido ao estabelecimento de convênios com outros ramos e órgãos da justiça, da necessidade de construção de prédios específicos para oferta de diferentes serviços — o e-Fórum pode funcionar como um hub.
- Aumento da Conscientização Ambiental: Incentivo à demanda por políticas e práticas sustentáveis com a adoção de tecnologias digitais, bem como mudanças comportamentais em direção a um estilo de vida mais verde.
- Fomento da Inovação Verde: Estimulo ao desenvolvimento e à adoção de soluções voltadas para a sustentabilidade ambiental, como o uso de energia renovável para alimentar servidores de dados ou a implementação de práticas de gestão de resíduos eletrônicos, por exemplo.

17.3. Impactos Socioculturais

No âmbito cultural, a implementação do projeto e-Fórum pode trazer os seguintes impactos:

- Democratização do Acesso à Informação: Com a mitigação de possíveis barreiras, propicia a democratização do acesso a recursos judiciais digitais, promovendo a equidade e a conscientização legal entre os munícipes.
- Preservação da Diversidade Cultural: A possibilidade de acesso digital, sem a necessidade de deslocamento para centros urbanos, permite que comunidades remotas mantenham suas tradições e identidades culturais.
- Fortalecimento do Sentimento de Pertencimento: Voltado especificamente para as comunidades locais, o acesso facilitado fortalece o sentimento de pertencimento, promovendo a preservação da coesão social.
- Facilitação do Intercâmbio Cultural: Favorece, através do uso da tecnologia, a interação entre indivíduos de diferentes comunidades, promovendo a compreensão intercultural, o respeito pela diversidade e o enriquecimento de experiências culturais.

17.4. Impactos Sociopolíticos

No âmbito sociopolítico, a implementação do projeto e-Fórum pode ter os seguintes impactos:

- Participação Cidadã: Incentivo à participação cívica e política do cidadão, capacitando-o a compreender e engajar-se em questões sociais e políticas locais.
- Transparência e Prestação de Contas: Viabilização de um monitoramento efetivo das atividades governamentais e judiciais com a aproximação das comunidades às instalações públicas, reforçando a transparência, a prestação de contas e a legitimidade das instituições.
- Fortalecimento da Democracia: Fortalecimento dos princípios democráticos mediante o incentivo à participação informada dos munícipes no exercício da cidadania, estimulando o aumento do controle social sobre as atividades públicas e a conduta ética dos agentes públicos.
- Redução das Disparidades Sociais: Fomento ao acesso igualitário à justiça e aos serviços estatais, visando a redução das disparidades sociais.
- Fortalecimento das Instituições Democráticas: Aumento da confiança dos cidadãos no Estado de Direito, contribuindo para o fortalecimento das instituições democráticas ao tornar os processos jurídicos e políticos mais acessíveis e transparentes.
- Empoderamento dos Indivíduos: Capacitação de indivíduos ao fornecer acesso a informações jurídicas e governamentais, permitindo a participação cidadã na vida política e social da comunidade através da reivindicação de direitos e da fiscalização de gestores públicos.

Em resumo, a construção de um e- Fórum no Município é um empreendimento que vai além das mudanças físicas na paisagem urbana. Ela moldará aspectos fundamentais da vida na cidade, desde a economia local até a cultura e a participação cívica.

18. DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO DECRETO ESTADUAL Nº 10.086/2022

Neste tópico passar-se-á à análise pontual dos requisitos previstos elencados nos Art. 446 a 449 do Decreto Estadual 10.086/2022, que tratam do papel da equipe técnica, da elaboração do Estudo Técnico Preliminar, dos requisitos do Estudo de Viabilidade e também do Programa de Necessidades, a qual se dará em forma de *Check-List*.

CHECKLIST ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - Requisitos presentes no EVT	
Nos termos do Decreto Estadual nº 10.086/2022	
art. 446 A equipe técnica do órgão ou entidade responsável pela elaboração do estudo técnico preliminar deverá realizar vistoria, in loco, da área onde se pretende executar a obra de engenharia e/ou arquitetura, para que obtenha todas as informações necessárias e suficientes para orientar o planejamento, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:	EVT, item 6, 6.1 <i>visita in loco</i>
I - o órgão ou entidade interessada no empreendimento público;	EVT, item 3
II - a localização do empreendimento;	EVT, item 6.1
III - o croqui da área com as características e dimensões necessárias, com as coordenadas georreferenciadas, de modo a se obter a conformação geométrica com medidas e demais características, e indicação do norte geográfico;	EVT, item 6 Documentação Croqui (10257605)
IV - a conformação altimétrica, quando couber;	EVT, item 6.2 Declaração Tipologia do Terreno (10257347)

V - a documentação fotográfica da área onde será construída a obra de engenharia e/ou arquitetura;	EVT, item 6.2 Relatório Fotográfico (10257590)
VI - a identificação e titularidade dos terrenos;	EVT, item 6.1 Matrícula de Registro de Imóveis 23.228 (10257616)
VII - o programa de necessidades, na forma do art. 449 deste Regulamento;	EVT, item 7
VIII - a natureza e finalidade da obra de engenharia e/ou arquitetura;	EVT, itens 5 e 7
IX - a existência de serviços públicos, no caso de obras de edificações;	EVT, item 6.2, <i>serviços públicos</i>
X - a estimativa, aferida mediante metodologia expedita ou paramétrica, dos preços dos estudos, projetos, da preparação da área, da obra, considerando para fins de planejamento orçamentário e financeiro, inclusive possíveis reajustes;	EVT, item 8
XI - a avaliação prévia de impactos de vizinhança, quando exigida pela legislação aplicável do município ou dos municípios com potencial de impacto a ser produzido pelo empreendimento;	EVT, itens 6.3 e 9
XII - a avaliação prévia de tráfego, no caso de vias terrestres;	EVT, item 6.2
XIII - o estudo de viabilidade conforme o art. 448 deste Regulamento;	EVT
XIV - análise técnica sobre a viabilidade, ou não, de parcelamento do empreendimento;	EVT, item 12
XV - análise a respeito das escolhas técnicas referentes a economicidade da manutenção do empreendimento	EVT, item 8, <i>observação excludentes de estimativa orçamentária</i>
XVI - levantamento das alternativas, metodologias, e a justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;	EVT, itens 6, 7 e 8
XVII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;	EVT, item 7 e 7.4 Padrões TJPR SEI 0141026-07.2023.8.16.6000, docs 10140579, 10143057 e 10143114 docs 9777426, 9777443 e 9777446
XVIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina;	EVT, item 13
§1º. Em caráter excepcional, devidamente justificada a ausência de prejuízo à análise precisa dos dados e dos elementos previstos nos incisos do caput deste artigo, a vistoria do terreno in loco poderá ser dispensada pela equipe técnica.	EVT, item 6.1, <i>visita in loco</i>

§2º O órgão ou entidade empreendedor deverá realizar análise prévia ambiental a respeito da possibilidade de utilização da área para os fins pretendidos.	EVT, item 6.2, subitens <i>Altimetria, Solo e Condições Gerais e Legislação de Uso do Solo</i> EVT, item 6.3
§3º Além dos custos relativos aos projetos e à obra de engenharia e/ou arquitetura, o órgão demandante, em sua análise de viabilidade, deverá estimar e considerar os custos de implantação, operação e manutenção anual, relativos aos recursos materiais e humanos necessários ao pleno funcionamento da finalidade que demandou a construção do empreendimento.	EVT, item 8, <i>observação excludentes de estimativa orçamentária</i>
§4º Paralelamente ao planejamento da execução da obra em si, o órgão demandante deverá dar início às providências necessárias ao pleno funcionamento do empreendimento, incluindo as fases de implantação, operação e manutenção anual.	Implantação: Anteprojeto emissão SG-SI-CED-DP e ETP visando licitação de implantação Operação e manutenção: EVT, item 8, <i>observação excludentes de estimativa orçamentária</i>

CHECKLIST ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA-EVT e PROGRAMA DE NECESSIDADES. Nos termos do Decreto Estadual nº 10.086/2022	
art. 447 O estudo técnico preliminar deverá conter, no caso de obras de engenharia e/ou arquitetura, ESTUDO DE VIABILIDADE , o qual deve promover, no mínimo:	
I - a seleção e a recomendação de alternativas para a concepção dos projetos, de forma a permitir verificar se o programa, terreno, legislação, custos e investimentos são executáveis e compatíveis com os objetivos do órgão ou entidade;	Programa, EVT item 7 Terreno, EVT, item 6 Legislação, EVT item 6 Custos, EVT item 8 Investimentos, EVT item 8 Objtivos, EVT item 10
II - a análise do impacto socioeconômico, socioambiental, sociocultural e sociopolítico do empreendimento.	EVT, item 9
art. 448 O ESTUDO DE VIABILIDADE será realizado em função da área apresentada pelo órgão ou entidade interessada e pelo seu entorno, podendo, em caso de se concluir pela inviabilidade da construção na área apresentada, ser realizada a indicação de nova alternativa locacional.	
§1º A documentação relativa à área onde será implantado o empreendimento deve ser analisada pela assessoria técnica do órgão ou entidade interessada pelo empreendimento.	Análise Prévia Documental, 10262693

§2º A escolha deve recair em área compatível com o que se pretende construir, tanto em suas dimensões como em localização, de forma a minimizar, pelas suas características, em especial pela sua topografia, dispêndios a mais para a Administração, tais como terraplenagem, gastos com ampliação da rede de energia, telefone, água e esgoto, além da existência e condições das vias de acesso, da existência ou não de fornecedores de materiais de construção e mão de obra.	EVT, item 6 e 11
§3º O estudo de viabilidade deve verificar a acessibilidade ao empreendimento público, entendida essa como a capacidade de locomoção dos indivíduos, a pé ou por outros meios de transporte, os custos, a disponibilidade de tempo, as redes viárias, as distâncias dos percursos e os obstáculos topográficos, urbanísticos e arquitetônicos, independentemente da densidade populacional.	EVT, item 6
§4º O estudo de viabilidade deve contemplar o levantamento e análise física dos condicionantes do entorno, o levantamento e a análise das restrições e possibilidades das legislações específicas na esfera municipal, estadual e federal.	EVT, item 6
§5º Verificando a pertinência do pedido para a execução da obra ou serviços de engenharia e/ou arquitetura e a viabilidade orçamentária financeira, a autoridade máxima do órgão responsável pela demanda se aprovar a encaminhará à sua assessoria técnica para o início do estudo técnico preliminar.	Viabilidade Orçamentária Financeira, EVT item 8
art. 449 o PROGRAMA DE NECESSIDADES a ser definido a fim de adequá-lo aos recursos que estarão disponíveis deverá conter, dentre outros aspectos:	
I - o fim a que se destina a obra ou serviço de engenharia;	EVT, item 1, OBJETIVO <i>implantação de unidade do e-Fórum</i> Ofício Inaugural 10263409
II - a caracterização dos futuros usuários, contextualizando-os no ambiente ou espaço projetado, e quantificando-os;	EVT, item 5
III - a nomeação dos respectivos ambientes ou espaços, caracterizando as atividades funcionais que serão desenvolvidas, de acordo com normativas, legislação e orientações;	EVT, item 7 Padrões TJPR SEI 0141026-07.2023.8.16.6000, docs 10140579, 10143057 e 10143114
IV - a verificação da necessidade de ambientes ou espaços complementares para o desenvolvimento das atividades específicas, bem como áreas de circulação e ligação entre os ambientes e os espaços públicos;	EVT, item 7 Padrões TJPR SEI 0141026-07.2023, docs 10140579, 10143057 e 10143114

V - a determinação da caracterização construtiva, de acordo com a realidade requerida pelo padrão determinado, indicando os prováveis materiais a serem empregados;	EVT, item 7 e 7.2 e 7.3 Padrões TJPR SEI 0141026-07.2023.8.16.6000, docs 10140579, 10143057 e 10143114
VI - estabelecer as relações espaciais entre os ambientes, promovendo uma setorização, quando couber;	Padrões TJPR SEI 0141026-07.2023.8.16.6000, docs 10140579, 10143057 e 10143114
VII - determinar as necessidades	EVT, item 7 e 7.1
VIII - as dimensões aproximadas necessárias;	Padrões TJPR SEI 0141026-07.2023.8.16.6000, docs 10140579, 10143057 e 10143114
IX - especificar as dimensões prévias dos equipamentos e do mobiliário a ser utilizado, verificar as relações entre os espaços construídos e o paisagismo, para subsidiar a futura implantação;	EVT, item 7 e 7.4 Padrões TJPR SEI 0141026-07.2023.8.16.6000, docs 10140579, 10143057 e 10143114
X - indicar as necessidades do conforto ambiental, orientando para uma construção sustentável.	EVT, item 7 e 7.4 Padrões TJPR SEI 0141026-07.2023.8.16.6000, docs 10140579, 10143057 e 10143114
Parágrafo único. Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidades almejadas, na especificação do objeto poderão ser dispensados a elaboração de projetos arquitetônicos e complementares.	N/A Arquitetônico: elaborado conforme Padrões TJPR SEI 0141026-07.2023.8.16.6000, docs 10140579, 10143057 e 10143114 Complementares: elaborados conforme Parecer Técnico - emissão SG-SI-CED-DP

Verifica-se, portanto, o atendimento integral e dos requisitos entabulados nos artigos 446 a 449 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

19. DA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, DA EQUIPE TÉCNICA E DAS RESPONSABILIDADES

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado a partir das informações técnicas acostadas ao presente expediente, bem como ao SEI 0118713-52.2023.8.16.6000 e 0047155-83.2024.8.16.6000, pelas equipes responsáveis, e das normas regentes, em especial a [Lei nº 14.133/2021](#), o [Decreto Estadual nº 10.086/2022](#) e o [Decreto Judiciário nº 269/2022](#).

A equipe responsável pela elaboração deste Estudo Técnico Preliminar contém os seguintes membros:

- Renata Del Amo Fernandes

- Ernesto Prendin Neto
- Patrícia Machado Martins
- Rafael Luiz Neves de Oliveira
- Daniele Schneider
- Paulo Henrique Molinari
- Cinthia Regina Negri Amin
- Alessandro Odorizzi
- Leonel Junior Pedralli
- Renato Toshio Fujimoto

Ressalva-se a segregação de funções e responsabilidade técnica dos agentes e equipes que elaboraram os Pareceres e Manifestações acostados aos autos e que subsidiaram o presente documento.

20. CONSIDERAÇÕES FINAIS – VIABILIDADE DA CONSTRUÇÃO (art. 18, §1º, XIII)

As propostas trazidas no presente Estudo consideram a necessidade de promover a inclusão dos cidadãos na comodidade tecnológica resultante da expansão dos serviços de internet e conectividade. Isso visa oferecer acessibilidade através de uma infraestrutura adequada, a ser instalada nos municípios que não sediam Comarcas, onde o acesso à tecnologia ainda é limitado, em conformidade com o Projeto 9527251, acolhido pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná pelo Despacho 9527505.

No referido Projeto, indica-se que a “construção do e-Fórum utilizará o processo construtivo conhecido como Off-Site. Será uma construção modular de cinco módulos, a serem produzidos em indústria especializada, fora do local da obra, e depois transportados para o canteiro. O objetivo é ter maior mobilidade, qualidade, controle de prazos e rapidez. A intenção com isso é também que eles sejam instalados facilmente, em espaços públicos nos municípios contemplados, como se fossem ‘equipamentos urbanos’ destinados à prestação de serviços”.

No entanto, para bem fundamentar a escolha da solução mais adequada, foram avaliadas as seguintes opções:

- **Alternativa 1. Construção de Unidade Modular em Imóvel do Município por meio de Acordo de Cooperação Técnica;**
- **Alternativa 2. Construção de Edificação Padrão em imóvel doado pelo Município ao Poder Judiciário;**
- **Alternativa 3. Utilização de salas cedidas pelo Município para instalação dos serviços do e-Fórum; e**
- **Alternativa 4. Locação de Imóvel no Município para instalação dos serviços do e-Fórum.**

Considerando o contido na Manifestação 10297842, conclui-se que há quatro alternativas para a execução dos serviços esperados para o Projeto 9527251, sendo que a primeira, **Construção de Unidade Modular em Imóvel do Município por meio de Acordo de Cooperação Técnica, COM A ADOÇÃO DO REGIME DA CONTRATAÇÃO INTEGRADA**, apresenta maiores vantagens técnicas e institucionais para alcançar os objetivos traçados para o projeto e-Fórum do Poder Judiciário do

Estado do Paraná.

Isto posto, **SUGERE-SE** o encaminhamento do presente Estudo Técnico Preliminar ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná para deliberação.

Consequentemente, estão preenchidos os requisitos elencados no artigo 18, §1º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 15, §1º, inciso XIII, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

21. APROVAÇÕES

(Assinatura Digital)

Arqª RENATA DEL AMO FERNANDES

Assistente Técnica | Técnica Judiciária

Assessoria de Planejamento de Contratações de Obras e Serviços de Engenharia

(Assinatura Digital)

Engº ERNESTO PRENDIN NETO

Assessor Técnico | Técnico Judiciário

Assessoria de Planejamento de Contratações de Obras e Serviços de Engenharia

(Assinatura Digital)

Bel. PATRÍCIA MACHADO MARTINS

Técnica Judiciária

Supervisora da Assessoria de Planejamento de Contratações da Secretaria de Infraestrutura

(Assinatura Digital)

Bel. RENATO TOSHIO FUJIMOTO

Técnico Judiciário

Supervisor da Assessoria Técnica da Secretaria de Planejamento

(Assinatura Digital)

Ciente e de acordo.

Engª DANIELE SCHNEIDER

Coordenadora da Equipe de Projetos de Engenharia | Engenheira

Chefe da Seção de Projetos de Engenharia Civil

(Assinatura Digital)

Ciente e de acordo.

Arqº URBANISTA E BEL. PAULO HENRIQUE MOLINARI

Coordenador da Equipe de Anteprojetos | Arquiteto

Chefe da Divisão de Projetos

(Assinatura Digital)

Ciente e de acordo.

Engª CINTHIA REGINA NEGRI AMIN

Coordenadora de Equipe de Orçamentos | Técnica Judiciária

Chefe da Divisão de Orçamentação Técnica

(Assinatura Digital)

Ciente e de acordo.

Engº ALESSANDRO ODORIZZI

Coordenador da Equipe Técnica | Engenheiro

Coordenador de Edificações

Secretaria de Infraestrutura

(Assinatura Digital)

Ciente e de acordo.

Bel. LEONEL JUNIOR PEDRALLI

Coordenador da Secretaria de Infraestrutura | Técnico Judiciário

[1] Fonte: https://www.ibraop.org.br/wp-content/uploads/2013/04/OT_IBR0042012.pdf



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA MACHADO MARTINS**, **Supervisora de Assessoria de Planejamento de Contratações**, em 08/05/2024, às 15:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ERNESTO PRENDIN NETO**, **Técnico Judiciário**, em 08/05/2024, às 15:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RENATA DEL AMO FERNANDES**, **Técnico Judiciário**, em 08/05/2024, às 15:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LEONEL JUNIOR PEDRALLI**, **Técnico Judiciário**, em 08/05/2024, às 16:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RENATO TOSHIO FUJIMOTO**, **Supervisor de Assessoria Técnica de Secretaria ou Departamento**, em 08/05/2024, às 16:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CINTHIA REGINA NEGRI AMIN**, **Chefe da Divisão de Orçamento Técnica**, em 08/05/2024, às 16:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO ODORIZZI**, **Coordenador de Edificações e Infraestrutura**, em 08/05/2024, às 17:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MOLINARI**, **Chefe da Divisão de Projetos**, em 08/05/2024, às 18:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **10371690** e o código CRC **A72D39A7**.
